



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 019/11

Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Estadual da Saúde Auditiva, e ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

Art. 1º Fica instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná o Dia Estadual da Saúde Auditiva, a ser comemorado anualmente na data de 10 de novembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.

RELATOR

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 680/11

Determina aos hipermercados e aos supermercados que disponham de local destacado para a venda de produtos orgânicos.

Art. 1º Os hipermercados e supermercados deverão dispor, no interior de suas lojas ou no local da comercialização, espaço destacado para a venda de produtos orgânicos *in natura*.

§ 1º O espaço destacado para a venda a que se refere o *caput* deste artigo, deve ser instalado no mesmo local ou seção em que são expostos os produtos cultivados com agrotóxico.

§ 2º Considera-se, para efeito desta Lei, produto orgânico *in natura* aquele que foi produzido segundo a Instrução Normativa Conjunta nº 18, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministro da Saúde, de 28 de maio de 2009, que cria o Regulamento Técnico para o Processamento, Armazenamento e Transporte de Produtos Orgânicos, e identificado e certificado por empresa certificadora de orgânicos de acordo com as leis vigentes.

Art. 2º O local de venda deverá ser identificado pela expressão "Produto Orgânico – sem agrotóxico", em letras de fácil visualização pelo consumidor.

Art. 3º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo do PROCON/PR, conforme dispõe o inciso II, do art. 23 do Decreto Estadual nº 609, de 23 de julho de 1991.

Art. 4º O descumprimento desta Lei implicará em infração, a ser lavrada pelo PROCON/PR, e multa variando entre dez a cem Unidades Fiscais do Paraná – UFP na primeira ocorrência, que será em dobro no caso de reincidência, e assim sucessivamente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



**ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE**



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 893/11

Declara de Utilidade Pública a Escola de Futebol Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Futebol Ibiporã, com sede e foro no Município de Ibiporã.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 936/11

Obriga os supermercados e demais estabelecimentos similares a divulgarem em destaque a data de vencimento dos produtos incluídos em todas as promoções especiais feitas em suas dependências.

Art. 1º Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a expor de forma destacada, através de cartaz afixado em local visível, a data de validade dos produtos não perecíveis que fizerem parte de promoções especiais e/ou relâmpagos feitas em suas dependências.

§ 1º Essa exposição em cartaz é obrigatória para produtos que venham a vencer dentro do prazo de dez dias.

§ 2º Quando os produtos anunciados apresentarem mais de um prazo de validade, todos deverão ser divulgados de igual maneira.

Art. 2º O destaque dos cartazes com as datas de vencimento deverão respeitar a mesma proporção daqueles que destacarem os preços promocionais.

Parágrafo único. Caso a divulgação da promoção seja feita oralmente, através de etiquetas marcadas, ou por qualquer outro meio, o prazo de validade deverá ser anunciado pelo mesmo método, simultaneamente.

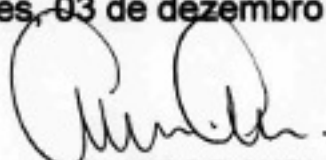
Art. 3º A fiscalização ficará ao encargo do PROCON-PR, órgão legitimado pertencente à administração pública estadual.

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em caso de infração ao disposto nesta Lei serão aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º Caso o Poder Executivo julgue necessário poderá regulamentar esta Lei através de Decreto.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

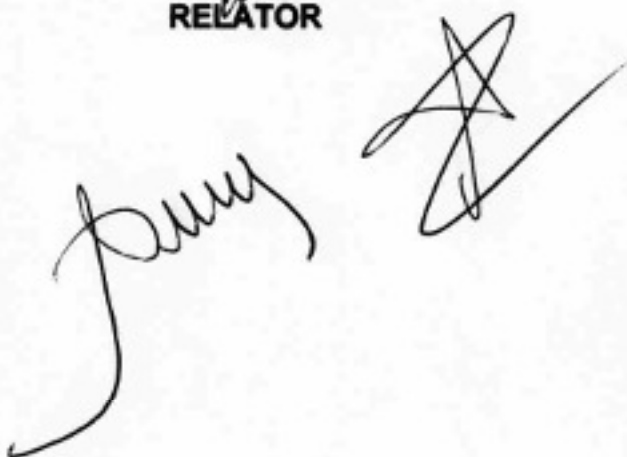
Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 960/11

Dispõe sobre o tempo razoável de atendimento aos consumidores dos estabelecimentos que especifica.

Art. 1º Os bares, casas noturnas e similares, no âmbito do Estado do Paraná, ficam obrigados a atender seus consumidores, quando do pagamento da conta no setor de caixas, em no máximo vinte minutos.

Art. 2º A presente Lei não se aplica aos bares, casas noturnas e similares que:

I – atendam todos os seus consumidores exclusivamente sentados, agrupados em mesas;

II – a cobrança seja realizada diretamente ao cliente em sua respectiva mesa.

Art. 3º O descumprimento das obrigações estabelecidas na presente Lei sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no art. 56 e seguintes da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

Art. 4º Caberá ao PROCON-PR a fiscalização do cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

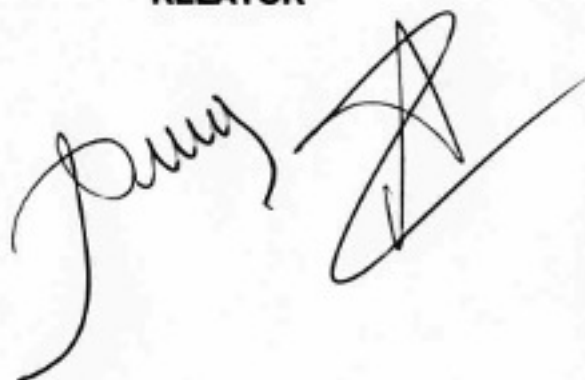
Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 983/11

Institui período para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob a sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno) ou qualquer outro agrotóxico proibido por Lei apresentem, junto aos escritórios que menciona, declaração contendo os dados que especifica.

Art. 1º Fica instituído, quarenta e cinco dias após a publicação da presente Lei, um período de seis meses consecutivos para que as pessoas físicas e jurídicas que tenham sob sua guarda o BHC (Hexaclorobenzeno) ou qualquer produto agrotóxico de uso proibido ou vencido, cujo fabricante não possa ser identificado ou responsabilizado pelo recolhimento, apresentem junto aos escritórios do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Paraná que, posteriormente deverá ser encaminhado ao Instituto das Águas do Paraná para as providências pertinentes, declaração contendo:

- I – tipo ou tipos de agrotóxicos;
- II – período estimado em que estão depositados ou armazenados;
- III – quantidade, ainda que estimada, dos agrotóxicos;
- IV – condições em que estão armazenados os agrotóxicos.

Parágrafo único. O cadastramento de que trata o *caput* do presente artigo isentará o declarante de quaisquer sanções cíveis, penais ou administrativas, relacionadas aos agrotóxicos.

Art. 2º Desde a publicação da presente Lei até o término do prazo previsto em seu art. 1º, poderá o Poder Executivo promover ampla divulgação com o intuito de sensibilizar a população da importância da retirada dos agrotóxicos mencionados no art. 1º, bem como procedimentos para a realização desse cadastramento.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio de suas Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e da Agricultura e do Abastecimento – SEAB e pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP poderá firmar convênios com instituições públicas ou privadas para promover a cooperação técnica-financeira para a destinação final dos produtos encontrados.

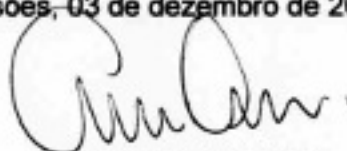
Parágrafo único. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA, a contar quarenta e cinco dias da publicação desta Lei, proporá soluções de gerenciamento dos estoques declarados em conjunto com fabricantes de produtos agrotóxicos, cooperativas de antigos usuários e outras instituições relacionadas ao tema.

Art. 4º O Poder Executivo deverá regulamentar a presente Lei em até trinta dias.

Art. 5º Fica revogada a Lei nº 16.082, de 17 de abril de 2009.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

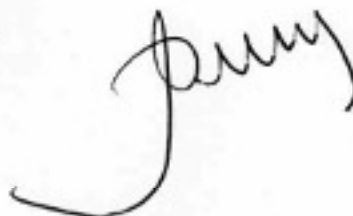
Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 007/12

Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que utilizam o *E-Commerce*, com hospedagens em sites na internet e que tenham matriz ou filiais no Estado do Paraná, inserirem em seus sites os respectivos endereços, telefones e dados cadastrais completos.

Art. 1º Toda empresa que tenha matriz ou filial no âmbito do Estado do Paraná e que mantenha hospedagem em sites, visando o *E-Commerce* ou propaganda de autodivulgação, deverá manter de forma legível e de fácil acesso, endereço, telefone, CNPJ, Inscrição Estadual, assim como seus endereços eletrônicos.

Parágrafo único. Deverá constar em seus sites se hospedagens um link específico para as informações de que trata esse artigo.

Art. 2º O descumprimento desta Lei acarretará em infração administrativa passível de aplicação de multa, e em caso de reincidência, penalidade em dobro, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 256/12

Institui a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate à Verminose no Estado do Paraná.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Educação Preventiva e Combate à Verminose no Estado do Paraná com ações a serem realizadas anualmente na Rede Estadual de Ensino do Estado e em Órgãos Públicos Estaduais.

Art. 2º A semana referida no artigo anterior terá por finalidade:

I - instigar a sociedade a participar de iniciativas preventivas e de erradicação da verminose;

II - divulgar as ações preventivas, terapêuticas, reabilitadoras e legais relacionadas com a verminose;

III - promover encontros com especialistas da área para debater o assunto;

IV - elaborar e distribuir cartilhas didáticas que ficarão à disposição da população em órgãos públicos, apontando as causas, os sintomas, os meios de prevenção à verminose e onde procurar tratamento.

Art. 3º Na Semana Estadual de Educação Preventiva contra a verminose serão observadas as seguintes diretrizes:

I - educação preventiva nas escolas públicas e nos órgãos estaduais, compreendendo ações e serviços, individuais ou coletivos, visando facilitar o acesso à informação, orientação e tratamento da doença;

II - debates sobre a verminose, objetivando a divulgação de estudos e experiências nas áreas de saúde, educação e cidadania;

III - formas específicas de prevenção da doença e orientação como:

a) conservar as mãos sempre limpas, unhas aparadas e evitar colocar a mão na boca;

- b) beber somente água filtrada ou fervida;
- c) lavar bem os alimentos antes do preparo;
- d) andar somente calçado;
- e) comer apenas carne bem passada;
- f) não deixar que as crianças brinquem em terrenos baldios, principalmente onde haja lixo ou água poluída;
- g) manter limpa a casa e o terreno em sua volta, evitando a presença de moscas e outros insetos;
- h) fazer refeições somente em lugares higiênicos;
- i) caso apresente algum sintoma suspeito, procurar orientação médica imediatamente.

IV – orientação para a comunidade em geral compreendendo principalmente as seguintes:

- a) educação para a saúde;
- b) tratamento da rede sanitária;
- c) proibição de uso de fezes humanas como adubo;
- d) saneamento básico;
- e) condições de moradia compatíveis com uma vida saudável;
- f) coleta de todo o lixo produzido pela população, evitando a presença de insetos;
- g) outras formas determinadas por especialistas no assunto.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Educação poderá trabalhar em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, bem como com outros órgãos que possam prestar o auxílio necessário, com informações sobre o tema.

Art. 5º As ações da semana disposta no art. 1º, no que se refere às instituições de ensino, serão realizadas nos horários que não coincidam com as atividades curriculares normais:

I – caberá à direção dos estabelecimentos de ensino convidar os pais ou responsáveis pelos alunos a participar da Semana Estadual de Educação Preventiva de Combate à Verminose;

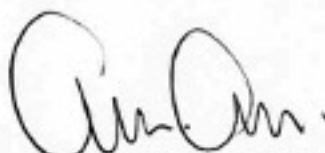
II – as palestras destinadas as crianças deverão realizadas de forma didática e de fácil compreensão;

III – a critério de estabelecimento de ensino, poderão ser oferecidas alternativamente aulas e palestras aos sábados.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de cento e vinte dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 227/12

Altera dispositivo da Lei Estadual nº 11.182/95, Lei do
Meio Ingresso.

Art. 1º Fica alterado o §2º do art. 2º da Lei nº 11.182, datada de 23 de outubro de 1995 e inserido o § 3º ao mesmo artigo, que passam a vigorar com a seguinte redação, mantendo-se os demais artigos inalterados:

"Art. 2º...

§ 1º...

§ 2º A carteira de identidade estudantil, terá validade por um ano.

§ 3º A carteira de identidade estudantil, feita em modelo padronizado pelas entidades estudantis competentes para emití-la, deverá:

I – Ser impressa em material de PVC (policloreto de vinila) tipo cartão, caracterizando uma identidade estudantil eletrônica contendo a denominação do órgão expedidor;

II – constar a fotografia do aluno, com o logotipo da entidade estudantil apostado sobre ela;

III – constar o nome, a data de nascimento e o número de matrícula do aluno;

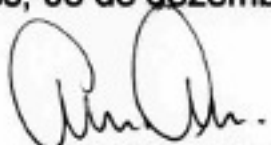
IV – constar a identificação completa da Instituição à qual o aluno esteja matriculado, devendo obrigatoriamente constar o endereço e o telefone da mesma;

V – constar a assinatura do presidente da entidade estudantil".

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que lhe couber.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 259/12

Assegura ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo.

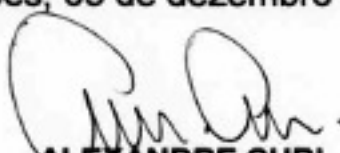
Art. 1º Fica assegurado ao cônjuge do consumidor de prestadora de serviços públicos o direito de solicitar às empresas concessionárias a inclusão do seu nome como adicional na fatura mensal de consumo, a fim de atestar residência.


Parágrafo único. O direito previsto neste artigo será estendido àqueles que vivem em união estável, conforme dispõe o art. 1.723, do Código Civil.

Art. 2º O direito de que trata esta Lei aplica-se aos cônjuges de consumidores de empresas que prestam serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, telefonia, distribuição de energia elétrica e gás.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 262/12

Determina que os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná coloquem os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima.

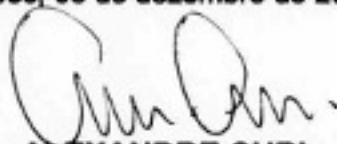
Art. 1º Os hipermercados e supermercados estabelecidos no Estado do Paraná ficam obrigados a fixar os preços dos produtos armazenados nas prateleiras inferiores voltados para cima, com letra visível e perceptível, visando à melhor observação pelas pessoas portadoras de necessidades especiais e pelos idosos.

Art. 2º No caso de infração à disposição da presente Lei, as penalidades aplicáveis serão àquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 375/12

Institui o Dia Estadual do
Cooperativismo, a ser
comemorado anualmente no dia
04 de julho.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Cooperativismo,
a ser comemorado anualmente no dia 04 de julho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.

RELATOR

Assinatura manuscrita, possivelmente de um membro da comissão.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 394/12

Institui a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Idoso, a ser comemorada na semana que coincidir com o dia 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso.

Art. 2º A semana de que trata o art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Evento do Estado do Paraná.

Art. 3º A Semana Estadual do Idoso tem como objetivo:

I – estimular entre os idosos a prática de atividades físicas e mentais;

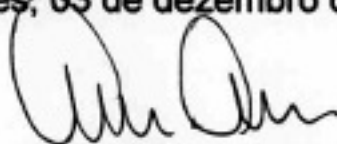
II – conscientizar o idoso da sua importância como fonte de experiências, importante papel na construção de uma sociedade com qualidade de vida;

III – sensibilizar os diversos segmentos da sociedade sobre o papel e a importância do idoso.

Art. 4º O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, poderá fixar a programação a ser desenvolvida durante a semana.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 536/12

Altera a Lei nº 17.243/12, e fixa o valor do auxílio-alimentação concedido aos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

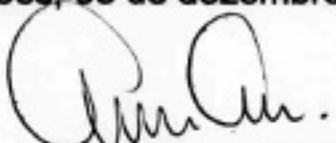
Art. 1º Fica alterado o art. 5º da Lei nº 17.243, de 17 de julho de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º O valor do auxílio-alimentação é fixado em R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) e correrá à conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, o qual deverá incluir na proposta orçamentária os recursos necessários à manutenção desse auxílio, que será reajustado anualmente, por ato do Procurador-Geral de Justiça, observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000."

Art. 2º Fica revogado o art. 6º da Lei nº 17.243/12.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2012, observados os limites da Lei Complementar Federal nº 101/00.

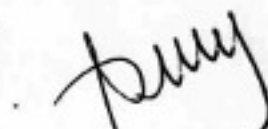
Sala das Sessões, 03 de dezembro de 2012.



ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE



RELATOR



PROJETO DE LEI

464/12

Súmula: Altera o art. 6º da Lei 9.579,
de 22 de março de 1991.

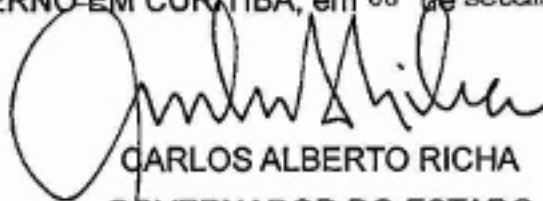
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º. As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão, nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, comprovando por documentos suas atividades há pelo menos 1 (um) ano, indicando seu representante e respectivo suplente.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de setembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 SET. 2012

1º Secretário



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 056 /2012

Curitiba, 06 de setembro de 2012

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências.

Em, 10/09/2012.

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa anteprojeto de lei dando nova redação ao artigo 6º da Lei Estadual nº 9.579, de 22 de março de 1991, objetivando excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Como justificativa da presente proposta de alteração legislativa, cabe mencionar que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, em assembleia realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, aprovou a dispensa de registro de utilidade pública estadual com a finalidade de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil, conforme ata publicada no Diário Oficial nº 8676, de 21 de março de 2012.

Certo de que a proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas considerações.

CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.383.343-2



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

- 1 -



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA - CCJ

Parecer ao Projeto de Lei nº 464/2012

Súmula: Altera o Art. 6º da Lei 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do conselho estadual de defesa da criança e do adolescente.

EMENTA: ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 9.579/1991. DISCIPLINA A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124 - LEGITIMIDADE AFERIDA - ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - CONSTITUCIONALIDADE - LEGALIDADE - PARECER FAVORAVEL.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Poder Executivo objetiva alterar a redação do artigo 6º da Lei Estadual nº 9.579/1991 que trata de assuntos relativos do conselho estadual de defesa da criança e do adolescente.

Prça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com

Concedido vista.
Em 18/09/12
Tadeu Jansen
CCJ



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-2-

Com a alteração sugerida, busca o Poder Executivo excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Por fim, expõe em sua motivação que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente em assembleia realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, aprovou a dispensa de registro de utilidade pública estadual com a finalidade de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil, conforme ata publicada no Diário Oficial n. 8676, de 21 de março de 2012.

É o breve relato, no que se compreende necessário.

FUNDAMENTAÇÃO

Convém mencionar o artigo 33A¹ do Regimento Interno, considerando que o mesmo estabelece que por intermédio desta Comissão seja analisada a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural dos Projetos de Lei apresentados perante esta Casa Legislativa.

¹Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-3-

Desta forma, se verificando os aspectos formais² da proposição e assim realizando um controle preventivo de constitucionalidade³.

Feitas estas considerações iniciais passo a realizar juízo de adequação procedimental em relação a Constituição Estadual e a Constituição da República, verificando a constitucionalidade formal do presente projeto de Lei.

Em relação a legitimidade do proponente, se verifica que nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o Poder Executivo possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.^{4,5}

² Acerca da inconstitucionalidade formal e suas consequências V. ALEXANDRINO, Marcelo. PAULO, Vicente, os quais mencionam que 'A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal.' (Resumo de direito constitucional descomplicado. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300.)

³ A respeito do tema V. Pedro LANZA, o qual menciona que: 'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua constitucionalidade'. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 256)

⁴ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

⁵ No mesmo sentido ao artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná tem-se o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual menciona que: A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público,



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

-4-

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Em relação ao assunto abordado no presente PL se verifica ser de competência privativa do Governador do Estado, conforme a própria Constituição Estadual determina:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

[...]

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(vide ADIN 979-6)

[...]

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

[...]

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Estado do Paraná

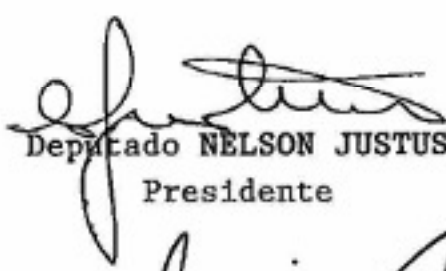
-5-

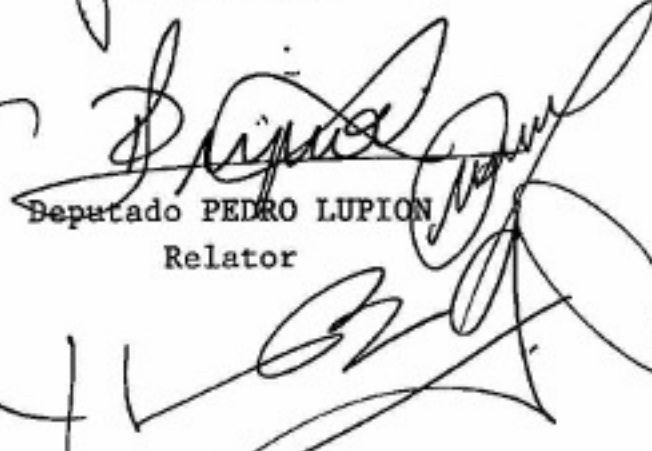
Com relação à Lei Complementar Federal nº. 101/00 e à Lei Complementar Federal n. 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, ~~em sede de análise prévia~~, opina-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, em virtude de sua CONSTITUCIONALIDADE por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 23 de setembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

APROVADO

unânime 23.10.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 464/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, altera o art. 6º da Lei 9.579/1991, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e Adolescente.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável para o prosseguimento da propositura.

Invocada a opinar, a Comissão de Defesa dos Direitos da Criança do Adolescente e do Idoso, encontra méritos incontestáveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo excluir a exigência do registro de utilidade pública estadual para as entidades que desejam integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o escopo de aumentar a participação popular através das organizações da sociedade civil.

Ante o exposto, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

MARILENA

ROSE LITRO
Presidente

6/11/12

MARLA TURECK
Relatora

LUCIANA



EMENDA SUBSTITUTIVA
Ao Projeto de Lei nº 464/12

Emenda de Plenário nº	01
DAP	20 NOV. 2012
Visto	<i>[Assinatura]</i>

Art. 1º Altera o art. 6º da Lei nº 9.579, de 22 de março de 1991, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º As organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do Conselho habilitar-se-ão nos períodos a serem estabelecidos, perante a Secretaria Executiva do CEDCA, indicando então seu representante e respectivo suplente, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) comprovarem por documentos suas atividades, há pelo menos um ano;
- b) serem declaradas de Utilidade Pública Municipal.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2012.

FERNANDO SCANAVACA
Deputado Estadual

[Assinatura]
Dep. AGUSTINHO ZUCCHI

[Assinatura]
Dep. RASCA

[Assinatura]
Dep. ROSE Z. ROSSI
[Assinatura]
Dep. GILIO RUSCH



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLÊNARIO AO PROJETO DE LEI Nº 464/12

Projeto de Lei nº 464/12

Autor da emenda: Deputado Fernando Scanavaca.

Súmula: Altera o art. 6º da Lei 9.579, de 22 de março de 1991.

EMENTA: OBJETIVA ALTERAR O PROJETO DE LEI Nº 464/12. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo visa alterar o art. 6º da Lei 9.579, de 22 de março de 1991, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Pedro Lupion.

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu Emenda Substitutiva, de autoria Deputado Fernando Scanavaca. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da emenda em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

- I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;
- II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste
Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a presente emenda foi proposta no início da 2ª Discussão em Plenário e apoiada por mais de cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda Substitutiva proposta pelo Deputado Fernando Scanavaca, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 27 de Novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
Relator

APROVADO
unanimemente 27.11.12

PROJETO DE LEI

494112

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. Fica instituído o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR, integrado ao Sistema Estadual de Planejamento, que compreende as políticas e os recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC do Poder Executivo Estadual, sendo constituído pelas leis, normas e regulamentos existentes que tratam de forma direta e indireta sobre a utilização de TIC, e pelo conjunto de todos os acervos de dados e informações existentes nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual e respectivos Sistemas de TIC.

§ 1º – Entende-se por Sistemas de TIC, as soluções integradas, o conjunto dos recursos de hardware, software, serviços, dados, informações, processos internos e infraestrutura, bem como os recursos de conectividade, abrangendo o Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP.

§ 2º – Os acervos de dados e informações mencionados no *caput* deste artigo tem caráter abrangente, compreendendo, dentre outros:

- I – o tratamento qualificado de informações;
- II – o acervo de documentos técnicos, administrativos e históricos;
- III – as bases cartográficas e geoespaciais digitais ou analógicas;
- IV – os documentos ligados às áreas técnica, gerencial e operacional;
- V – os dados de relacionamento e atendimento ao cidadão;
- VI – os dados e as informações inerentes a Administração Pública Estadual.

§ 3º – Cabe ao Chefe do Poder Executivo Estadual, ou a quem este designar, definir mecanismos que estabeleçam o relacionamento com as administrações municipais do Estado do Paraná, tanto na esfera executiva, como na legislativa, bem como com entidades representativas da sociedade civil organizada, a fim de obter os dados e informações citadas no § 2º deste artigo.

Art. 2º. O Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR será coordenado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, que promoverá sua consolidação e aperfeiçoamento, providenciando, quando necessário, os ajustes e redefinições demandadas pelo mesmo.

Parágrafo único – A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR prestará assessoramento especializado a SEPL no desempenho de suas atribuições relativas ao SEI-PR.

Art. 3º. Subordinam-se aos dispositivos desta Lei, a Administração Pública Estadual, compreendendo a Administração Direta e Indireta, bem como as demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pelo Governo do Estado.

§ 1º - Cabe ao Chefe do Poder Executivo autorizar excepcionalmente ao contido neste artigo.

§ 2º - Fica incluída a partir da data de vigência desta lei, nos Contratos de Gestão firmados entre o Estado e os Serviços Sociais Autônomos e as Organizações Sociais, a obrigatoriedade expressa de subordinação a esta Lei.

Art. 4º. A composição, organização interna e o funcionamento do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR serão regulamentados por decreto, observado o disposto nesta Lei.

Art. 5º. Fica criado o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná – CETIC – PR, órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, com a finalidade de regulamentar, promover a implantação, gerenciar e acompanhar ações relativas à utilização da TIC no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, competindo-lhe:

I – o estabelecimento de estratégias e políticas de gestão que utilize a TIC alinhada à diretrizes governamentais;

II – a gestão de processos de aquisição e de locação de bens, serviços e soluções de TIC;

III – o estabelecimento de medidas que visem a racionalização do uso de TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual, promovendo a integração, intercâmbio de experiências, projetos cooperados e compartilhamento de soluções entre os órgãos e entidades do Estado.

§ 1º – O CETIC-PR terá como Presidente o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e, como Secretário Executivo, o Presidente da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR.

§ 2º – os demais membros do Conselho, o detalhamento das competências e o funcionamento do Conselho serão definidos por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 3º – Fica o CETIC-PR autorizado a criar Câmaras Técnicas e Comissões Técnicas, com vistas ao aprimoramento e aperfeiçoamento de suas atividades.

§ 4º – No cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de qualquer recurso de TIC disponível no mercado, independente do regime de licenciamento, podendo ser livre ou proprietário, fundamentada a opção em motivos de conveniência e oportunidade administrativa, sólidas garantias e resguardo do interesse público, com o objetivo de possibilitar à Administração Pública Estadual o acesso a tecnologias atualizadas, modernas, inovadoras e eficientes.

Art. 6º. Os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual somente poderão formalizar processos de aquisição, contratação, recebimento por transferência ou doação, e locação de bens e serviços de TIC, independente da origem dos recursos, após o registro e deliberação do respectivo processo no CETIC-PR.

Parágrafo único – Os processos de que trata o *caput* deste artigo deverão, obrigatoriamente, ter seu resultado informado ao CETIC-PR após sua conclusão.

Art. 7º. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, no âmbito do SEI-PR, compete:

I – prover as funções administrativas, operacionais e técnicas especializadas necessárias à atuação do CETIC-PR, mediante solicitação expressa do Conselho;

II – administrar, manter e operar a "autoridade certificadora digital" do Governo do Estado do Paraná, promovendo a adoção de certificados digitais pelos órgãos da Administração Direta e Indireta, além de outros mecanismos e procedimentos relacionados à segurança da informação;

III – coordenar, mediante solicitação expressa do CETIC-PR, processos de solução integrada, aquisição de hardware, software, serviços e soluções de uso interinstitucional no âmbito da Administração Pública Estadual;

IV – elaborar e manter atualizado o "Catálogo de Soluções Homologadas", no qual constam informações técnicas e comerciais sobre produtos e serviços na área de TIC, para ser usado como referência aos órgãos na elaboração de projetos, soluções integradas, editais de compra ou de locação de bens ou contratação de serviços;

V – planejar, implantar, gerenciar, manter e operar a estrutura central de armazenamento e processamento de dados da Administração Pública Estadual – Datacenter;

VI – planejar, implantar e gerenciar soluções de Voz sobre Internet Protocol – VoIP, dados e imagens para atendimento às diversas demandas da Administração Pública Estadual;

VII – administrar o acesso a Internet e a saída Internet Protocol – IP dos órgãos da Administração Pública Estadual;

VIII – realizar a gestão técnica e operacional do Sistema de Telecomunicações do Paraná – STP;

IX – elaborar e manter, em conjunto com os órgãos da Administração Pública Estadual, os Planos Setoriais de Informação – PSI e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI do Poder Executivo Estadual.

Art. 8º. Fica criado o Programa Estadual de Informações Integradas – Paraná – PEII – PR, no âmbito do Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, com o objetivo de integrar, organizar, consolidar, disponibilizar dados e qualificar informações estratégicas provenientes dos sistemas aplicativos utilizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Art. 9º. O PEII-PR será integrado por subprogramas voltados basicamente a consolidação e atuação do Centro Integrado de Informações Estratégicas e de outras ações necessárias ao desenvolvimento pleno do Programa.

§ 1º - As disposições relativas ao detalhamento da composição, organização e competências do PEII-PR serão definidas por ato do Chefe do Poder Executivo Estadual.

§ 2º - A CELEPAR, no âmbito de atuação do PEII-PR, poderá:

I – acessar todas as bases de dados, alfanuméricas, cartográficas e geoespaciais, no âmbito da Administração Pública Estadual para prover informações estratégicas ao Governo, ficando pré-estabelecida a autorização do titular do órgão, preservadas as situações de confidencialidade ou de características legalmente restritas;

II – administrar os componentes técnicos especializados do PEII-PR, subsidiando o planejamento e execução das ações governamentais;

III – prover mecanismos e soluções que viabilizem a divulgação das ações de Governo, o relacionamento com o cidadão, bem como o monitoramento da qualidade dos serviços públicos prestados.

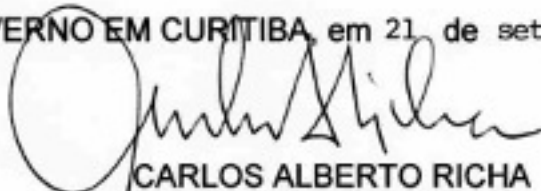
§ 3º - Ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, no âmbito de atuação do PEII-PR, compete o desenvolvimento de estudos sobre a realidade econômica e social do Estado, para subsidiar o planejamento, a elaboração, a formulação, a execução, o acompanhamento e a avaliação de políticas públicas.

§ 4º - A Casa Civil compete demandar e acompanhar, informações geradas pelo Centro Integrado de Informações Estratégicas – CIEE-PR, com o objetivo de apoiar ações estratégicas de Governo.

Art. 10. O Governador do Estado disciplinará, por decretos específicos, as demais questões necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

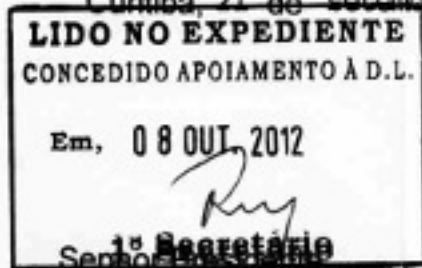
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 21 de setembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICH
GOVERNADOR DO ESTADO

MENSAGEM
Nº 060 /2012

Curitiba, 21 de setembro de 2012



I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências.

Em, 24/09/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do Sistema Estadual de Informações de Governo – SEI-PR, tendo como objetivo central o desenvolvimento e a implementação da política estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC como elemento de integração e fortalecimento da gestão estadual, uma vez que estará articulado ao Sistema Estadual de Planejamento.

A Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, Título IV, Capítulo II, Seção I, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento, em seu art. 55 determina que o Poder Executivo Estadual adotará o planejamento como técnica de aceleração do desenvolvimento econômico e social do Estado e como instrumento de integração de iniciativas, aumento de racionalidade nos processos de decisão, de alocação de recursos, combate às formas de desperdício, de paralelismos e de distorções regionais.

Considerando a natureza e o escopo dos Sistemas de Informações e de Planejamento, fica evidenciada sua intrínseca complementariedade e interdependência, uma vez que a informação qualificada, integrada e consistente, é condição imprescindível a consolidação de um processo de planejamento bem alicerçado.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, no exercício de suas atribuições legais relativas a pesquisa, consolidação e divulgação sistemática de informações técnicas entre as Secretarias de Estado, aliadas a sua responsabilidade quanto a coordenação funcional de nível superior (art. 79 da Lei nº 8.485/87), será o órgão coordenador do SEI-PR.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.608.594-1

Na busca de cumprir a responsabilidade atribuída conforme acima citado, a proposição deste Anteprojeto de Lei pretende, caso aprovado por essa Casa de Leis, estabelecer diretrizes de atuação para a gestão pública do Estado do Paraná através:

a) da implantação de um modelo de gestão pública para resultados, focada na administração por objetivos, metas, indicadores, com prazos e responsáveis claramente definidos;

b) reorganização e ajustes necessários a máquina administrativa do Estado;

c) aumento da transparência e do controle social do Estado, aproximando governo e cidadão;

d) promoção da qualidade e agilidade do serviço público estadual por meio do uso racional das tecnologias de informação e comunicação;

e) implementação de estratégias e práticas de excelência em gestão, que potencializem a qualidade, produtividade e inovação.

O estabelecimento destas diretrizes reflete a preocupação governamental com a melhoria do perfil e do desempenho da máquina pública estadual, cujas características norteadoras são a inovação, a integração de ações, o planejamento institucional, a potencialização da utilização dos recursos públicos, a desconcentração da ação da administração estadual para maior aproximação do cidadão, o aperfeiçoamento permanente dos servidores e a total transparência das ações executadas face as demandas da comunidade paranaense.

No sentido de auxiliar na viabilização executiva e no monitoramento do Plano de Governo, tendo como pano de fundo as diretrizes apontadas, é de fundamental importância o emprego da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC como elemento chave da geração, tratamento, integração e disseminação estruturada de informações no âmbito estadual.

Atualmente, a TIC é reconhecida pelos gestores públicos como um dos mais importantes vetores para a modernização da Administração Pública em todas as esferas. Nesse sentido, os recursos de TIC, alinhados ao Plano de Governo, devem ser vistos como instrumentos estruturantes e essenciais para a modernização pública, através do aumento da eficiência dos processos internos dos Órgãos e Entidades da Administração Estadual, do gerenciamento eficiente dos canais de relacionamento com o cidadão, da oferta mais qualificada de serviços públicos e da implantação de mecanismos de transparência e controle social.

O Governo do Paraná tem uma estrutura organizacional complexa, multifuncional e multifacetada, composta por órgãos e entidades que apresentam como características comuns a permanente necessidade de informações confiáveis, consolidadas e integradas que balizem e espelhem sua efetiva atuação. Entretanto, a situação atual da utilização dos recursos de TIC no âmbito governamental ainda é ineficiente e carece de definições estratégicas e da adoção de mecanismos que induzam o desenvolvimento sistemático e integrado dos ambientes informacionais, e que favoreçam assim, sua evolução técnica e metodológica.

A adoção de uma política inadequada durante governos anteriores, cujo grande equívoco foi dar ênfase apenas ao desenvolvimento de soluções para infraestrutura de tecnologia (facilmente supridas pelo mercado) em detrimento a valorização do que realmente interessa ao Governo, que é a **INFORMAÇÃO**, resultou no atual estágio de precariedade e fragilidade do segmento. Como decorrência, hoje as soluções existentes (sistemas aplicativos) são dispersas e funcionalmente ultrapassadas; a plataforma tecnológica é desatualizada e de interoperabilidade questionável; os níveis de capacitação das pessoas são heterogêneos; as políticas de investimentos em TIC são desconexas; e sobretudo, inexistente um modelo eficiente de gestão pública dos recursos de tecnologia da informação e comunicação.

Desta forma, uma das medidas necessárias a retomada da eficiência na administração racional, estruturada e integrada dos recursos de TIC e da disponibilidade de informações qualificadas, é a estruturação de um sistema estadual de informações de governo no modelo proposto por este Anteprojeto de Lei, que irá integrar **TECNOLOGIA** e **INFORMAÇÃO** através da formulação de políticas específicas para a gestão desses ativos tangíveis e intangíveis tão importantes para o Estado.

A política de tecnologia da informação e comunicação a ser formulada e que dará sustentação ao Sistema Estadual de Informações de Governo – SEI-PR, irá possibilitar um entendimento comum sobre a forma de organização dos recursos e principalmente, quais as funções e responsabilidades de cada um de seus componentes. A base de funcionamento do SEI-PR é a integração dos diferentes sistemas de informações que deverão operar dentro das mesmas normas, conceitos, sistemas de codificação, plataformas de tecnologia interoperáveis, ou seja, com os mesmos referenciais técnicos e metodológicos de trabalho.

É importante destacar que a implantação do SEI-PR articula, de forma integrada e abrangente, o funcionamento de uma base de informações estratégicas para a Administração Estadual, uma base de dados pública e outra gerencial apoiadas em uma base cartográfica também integrada, permitindo, assim, a criação de um espaço de produção compartilhada de informações que, conseqüentemente, fortalece as funções de planejamento, pesquisa e administração governamentais.

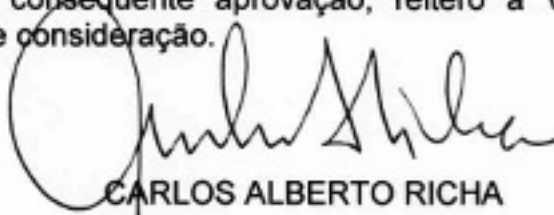
O Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná – SEI-PR será estruturado em dois grandes componentes:

a) Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC-PR, que constitui o ambiente de convergência e compatibilização de metodologias, métodos, normas, padrões e procedimentos relativos a utilização dos recursos de TIC no âmbito da Administração Estadual, sendo a esfera que deverá tratar de assuntos relativos à **TECNOLOGIA**;

b) Programa Estadual de Informações Integradas - PEII-PR, que será o ambiente de convergência de informações estratégicas para subsidiar a Administração Estadual com informações referentes as políticas setoriais e transversais, permitindo o acompanhamento das metas de Governo, sendo a esfera que deverá tratar de assuntos relativos à **INFORMAÇÃO**.

Considerando o exposto, é importante destacar que a necessidade do Paraná dispor de um sistema de informações nos moldes do ora proposto Anteprojeto de Lei, tem como objetivo principal permitir ao Governador de Estado zelar para que todas as forças administrativas estejam focadas nos resultados planejados e, ainda, que os órgãos e entidades concentrem esforços na realização precisa de suas atividades com otimização da aplicação dos recursos públicos, que a ação governamental realmente beneficie o cidadão através da garantia de acesso aos serviços públicos de qualidade e que todo este conjunto de iniciativas possa ser concretamente mensurados e avaliados de modo a permitir a consecução integral do Plano de Governo.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHIA
GOVERNADOR DO ESTADO



VOTO EM SEPARADO

Deputado Pr. Edson Praczyk

Projeto de Lei: 494/2012

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia de Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, pretende estabelecer diretrizes de atuação para gestão pública do Estado do Paraná, buscando melhoria do perfil e do desempenho da máquina publica estadual, cujas características norteadoras são a inovação, a integração de ações, planejamento institucional, a potencialização da utilização dos recursos públicos, a desconcentração da ação da administração estadual para maior aproximação do cidadão, o aperfeiçoamento permanente dos servidores e a total transparência das ações executadas face às demandas da população paranaense.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

Concedido vista.

Em 30 / 10 / 2012

Tratado
CCJ

voto separado



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o Governador detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



No entanto, com o objetivo proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte **emenda**

supressiva, nos termos do artigo 137, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

Ressalta-se que tal emenda faz-se necessária haja vista o disposto no art. 5º do presente proposto que visa "a criação do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná – CETIC – PR (órgão colegiado de caráter consultivo, normativo e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL), tem como finalidade a regulamentação, promoção, implantação, gerenciamento e acompanhamento de ações relativas à utilização da TIC no âmbito do Sistema Estadual de Informação", porém seguidamente, no §4º diz que para o cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de qualquer de qualquer recurso TIC disponível no mercado.

Nesse sentido, vale destacar que já existe legislação pertinente ao tema, inclusive leis de minha autoria de nº 14.058/2003 e 14.195/2003 (anexadas), sendo que a primeira citada "**dispõe sobre normas de utilização de programas de computação por órgãos da Administração Pública, conforme especifica**", já permite a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

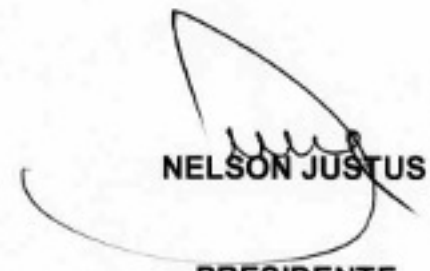


estejam de acordo com esta lei, contudo, menciona que será dada preferência para aqueles que operem em ambiente multiplataforma, permitindo assim, sua execução sem restrições em sistemas operacionais baseados em software livre, bem como, no art. 8º, I e II, da Lei nº14.058/2003 permite a contratação e utilização de programas de computador com restrições proprietárias ou cujas licenças não estejam de acordo com a lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em face de sua **LEGALIDADE**, na forma da **EMENDA SUPRESSIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 2012.


NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK

RELATOR




APROVADO

unanimidade 06/11/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 494/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 060/12 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação e o Programa Estadual de Informações Integradas, na forma que especifica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio de Voto em Separado com Emenda Supressiva e Subemenda do Senhor Deputado Pastor Edson Praczyk.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere aos ditames da Lei Complementar Federal nº 101/00.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 66 e 87 ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Desta forma, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

É o parecer.

Sala das Comissões,

13/11/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ

SEPL
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

CONSELHO ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E TELECOMUNICAÇÕES

Ofício nº 519/12- COSIT

Curitiba, 14 de novembro de 2012.

Referente: Projeto de Lei nº 494/2012

Excelentíssimo Deputado,

Eu, Cassio Taniguchi, atualmente no cargo de Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Paraná, declaro que o Sistema Estadual de Informações de Governo-Paraná (SEI-PR), o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação-Paraná (CETIC-PR) e o Programa Estadual de Informações Integradas-Paraná (PEII-PR), que serão criados através do Projeto de Lei Estadual nº 494/2012, atendem plenamente as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000, sendo que os mesmos não causarão impacto orçamentário e financeiro neste exercício ou nos exercícios seguintes.

Atenciosamente

Cassio Taniguchi
Secretário Estadual de Planejamento e Coordenação Geral

Ao Excelentíssimo Deputado

Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO ESTADUAL PASTOR EDSON PRACZYK

"A diferença que vem de Deus" MI 3:18

WALE A RESUR
MODIFICAR



EMENDA AO PROJETO DE LEI nº 494/2012

Com fulcro no que autoriza os artigo 138 do Regimento Interno, faz-se necessário a apresentação da presente **EMENDA**, que altera o que assim dispõe:

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

Art. 5º ...

§ 4º No cumprimento de suas competências, o CETIC-PR poderá deliberar sobre a utilização e adoção de **plataformas e tecnologias** disponíveis no mercado, **observando os critérios de conveniência e oportunidade administrativa**, sólidas garantias e resguardo do interesse público, com o objetivo de possibilitar à Administração Pública Estadual o acesso a tecnologias atualizadas, modernas, inovadoras e eficientes.

Sala das Comissões, 06 de novembro de 2012 .

[Signature]
NELSON JUSTUS
Presidente

[Signature]
PR. EDSON PRACZYK
Relator

APROVADO
unanimemente 06/11/12



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

REQUERIMENTO





Requer a retirada de discussão e votação do Projeto de Lei 494/12, constante na Ordem do Dia da presente Sessão Plenária, bem como o encaminhamento dessa proposição à Comissão de Constituição e Justiça.

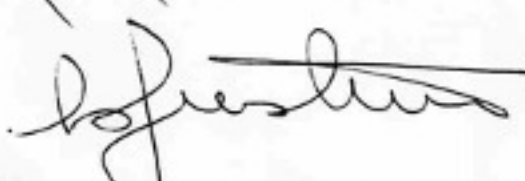
Senhor Presidente:

OS Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 158, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa, requerem, após ouvido o douto plenário, a *retirada do Projeto de Lei nº 494/2012 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária e encaminhamento do mesmo à Comissão de Constituição e Justiça desta Casa*. Tal medida faz-se necessária, pois houve erro material no trâmite da proposição, o qual deve ser corrigido para que a emenda aprovada na Comissão de Constituição e Justiça seja votada com sua redação correta.

Sala das Sessões em, 26 de novembro de 2012.


Deputado Ademir Traiano
Líder do Governo


Deputado Pastor Edson
Relator


Deputado Nelson Justus
Presidente da C.C.J.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



RETIFICAÇÃO DO VOTO EM SEPARADO

Deputado Pastor Edson Praczyk

Projeto de Lei: 494/2012

Autor: Poder Executivo

Súmula: Dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações de Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia de Informação e Comunicação – Paraná, cria o Programa Estadual de Informações Integradas e dá outras providências.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, pretende estabelecer diretrizes de atuação para gestão pública do Estado do Paraná, buscando melhoria do perfil e do desempenho da máquina pública estadual, cujas características norteadoras são a inovação, a integração de ações, planejamento institucional, a potencialização da utilização dos recursos públicos, a desconcentração da ação da administração estadual para maior aproximação do cidadão, o aperfeiçoamento permanente dos servidores e a total transparência das ações executadas face às demandas da população paranaense.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

unanimemente 27.11.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



DA RETIFICAÇÃO A SER EFETUADA

Em data de 06.11.2012 este Deputado proferiu voto em separado no sentido de aprovar o presente projeto na forma da subemenda apresentada (fls. 20), que foi prontamente aprovada de forma unânime pelos membros desta comissão e posteriormente publicada no Diário da Assembleia de 08 de novembro do corrente ano.

No entanto, na conclusão do referido voto, constou equivocadamente, a aprovação na forma da emenda supressiva, a qual, posteriormente, também de forma equivocada, foi votada e aprovada em sessão plenária desta Casa, em que pese a subemenda estar anexada ao projeto.

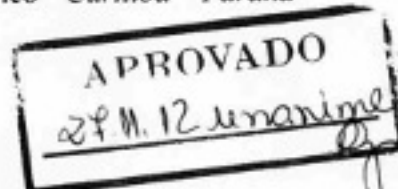
Em sendo assim, a fim de suprir o erro material, venho **RETIFICAR** o voto em separado, a fim de que seja APROVADO o projeto de lei, na forma da ~~SUB~~EMENDA (fls.20) já apresentada e aprovada, e que a mesma seja submetida à apreciação do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2012.

NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

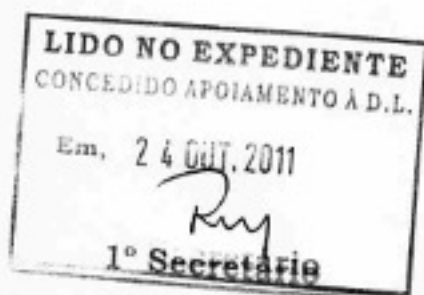
PR. EDSON PRACZYK
Voto em Separado

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Projeto de
Lei Nº 845/2011



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º O peso bruto máximo do material escolar em bolsas, mochilas ou similares, a ser transportado por alunos do pré-escolar e do ensino fundamental de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais:

- I- 5% (cinco por cento) do peso do aluno de até 10 (dez) anos de idade;
- II- 10% (dez por cento) do peso do aluno com mais 10 (dez) anos de idade.

Ca



Art. 2º Ficarà a cargo da coordenação dos estabelecimentos de ensino público ou privado, a definição do material escolar a ser transportado diariamente.

§ 1º O material que exceder o peso bruto máximo permitido deverá ficar guardado no estabelecimento de ensino em armários individuais ou coletivos;

§ 2º Fica vedada a cobrança de taxa por parte dos estabelecimentos de ensino público ou privado pela guarda do material a que se refere o § 1º deste artigo.

Art. 3º Os estabelecimentos públicos ou privados ficam obrigados a informar aos alunos, seus pais ou responsáveis, sobre os riscos à saúde pelo excesso de peso transportado diariamente.

cu



Parágrafo único. A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Saúde deverão colaborar com os estabelecimentos de ensino públicos ou privados na divulgação das informações dos riscos à saúde pelo excesso de peso transportado, nos termos do inciso IX do art.28 do Decreto Estadual nº 777/07.

Art. 4º A fiscalização do cumprimento desta Lei, ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação - SEED, nos termos do art. 30 da Lei 8485/87.

§ 1º O descumprimento do contido nesta Lei pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados, resultará em lavratura de auto de advertência, na primeira ocorrência, dirigido ao Diretor do estabelecimento.

§ 2º Constatado a segunda ocorrência e o descumprimento do contido nesta Lei, pelos estabelecimentos de ensino públicos e privados, resultará em lavratura de auto de infração dirigido

Cu



ao Diretor do estabelecimento, de valor pecuniário de 10 (dez) Unidades de Padrão Fiscal do Paraná, por cada excesso de peso constatado, sendo em dobro nos casos de reincidência.

§ 3º As lavraturas dos autos a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo, dar-se-ão nos moldes dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, sendo que a aplicação de sanções e seus efeitos, dar-se-ão somente 12 (doze) meses contados da publicação.

Sala das Sessões,.....outubro de 2011

LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



JUSTIFICATIVA

A presente medida tem por objetivo garantir que o peso bruto do material escolar, suportado por alunos da rede pública e privada, no âmbito do Estado do Paraná, não ultrapassará 5% do peso das crianças com até 10 anos de idade e 10% do peso das crianças com mais de 10 anos de idade.

A prevenção ainda é a melhor medida para se evitar males à saúde. O excesso de peso suportado por uma criança diariamente, durante o período em que o corpo está em formação, poderá trazer traumas irreversíveis, como é o caso da escoliose e desvios da coluna, atingindo diretamente a estrutura da coluna vertebral.

O excesso de peso não é um esforço ocasional, mas sim um esforço de repetição. Denota-se que o ano escolar conta

Au



com 200 dias letivos e o tempo que o aluno transporta o peso pode variar conforme a distância percorrida. Constata-se assim, o esforço repetitivo e a provável lesão.

Acerca da constitucionalidade é importante dizer que a Constituição Federal asseverou que:

Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

*XII – previdência social, **proteção e defesa da saúde;***

Pois bem, o **Projeto de Lei, é constitucional e legal**, visto que não adentra competência de nenhum Poder Público e está contido na moldura jurídica do parlamentar.

Em relação à **fiscalização, cabe dizer que nenhuma atribuição nova está sendo instituída para a Secretaria de Estado da Educação e para a Secretaria de Estado da Saúde, ao contrário, o projeto de lei ora apresentado,**

Au



buscou no âmbito da legislação estadual que já está em vigor, o cumprimento da norma.

Vejamos a redação do art.30 da Lei 8485/87:

Art. 30. *O âmbito de ação da Secretaria de Estado da Educação compreende: a execução, supervisão e controle da ação do Governo relativa à educação; o controle e fiscalização do funcionamento de estabelecimentos de ensino, de diferentes graus e níveis, públicos e particulares; o apoio e orientação à iniciativa privada; a perfeita articulação com o Governo Federal em matéria de política e de legislação educacional; o estudo, pesquisa e avaliação permanentes de recursos financeiros para o custeio e investimento no sistema e no processo educacionais, a assistência e orientação aos Municípios, a fim de habilitá-los a absorver responsabilidades crescentes no oferecimento, operação e manutenção de equipamentos educacionais; a assistência e amparo ao estudante pobre; a integração das iniciativas de caráter organizacional e administrativo na área da educação com os sistemas financeiro, de planejamento, da agricultura, da ação social e da saúde pública estaduais; a pesquisa, o planejamento e a prospecção permanentes das características e qualificações do magistério e da população estudantil e a atuação corretiva compatível com os problemas conhecidos; outras atividades correlatas.*

Ar



A parceria entre a SEED e a SESA, prevista no parágrafo único do art.3º do presente projeto, para informar aos alunos, aos pais e aos responsáveis sobre os males do excesso de peso suportados por alunos, já está prevista no inciso IX do art. 28 do Anexo ao Decreto 777/07, que regulamentou as competências da Secretaria de Saúde, mais especialmente a SVS- Superintendência de Vigilância em Saúde. Vejamos:

Art. 28. À Superintendência de Vigilância em Saúde – SVS compete:

IX- a integração e a articulação das ações de Vigilância em Saúde com os demais entes públicos e áreas de atuação da SESA, objetivando a otimização de ações intersetoriais que possam interferir nas ações determinantes de saúde;

Cabe ainda destacar que Estado de Santa Catarina já se ateve a esse assunto e a necessidade de normatizá-lo há mais de 13 anos, através da Lei 10.795/1998. Ainda destaque-se

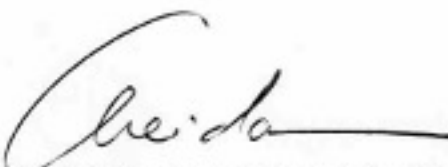
A



que lei municipal também normatizou o assunto em Curitiba, nos termos da Lei 13.430/2010.

Devido a todo o exposto, apresento aos Nobres Pares desta Casa e a toda a sociedade paranaense, a presente medida.

Aos Deputados, solicito o apoio para a aprovação do Projeto de Lei para o bem à saúde das crianças do Paraná.



LUIZ EDUARDO CHEIDA
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 845/2011

Projeto de Lei nº 845/2011.

Autor: Dep. Luiz Eduardo Cheida.



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensinos públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

EMENTA: PESO BRUTO MÁXIMO DO MATERIAL ESCOLAR. ESTABELECIMENTOS DE ENSINO. DEFINIÇÃO MATERIAL ESCOLAR NECESSÁRIO. TRANSPORTE DO MATERIAL. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. LEGITIMIDADE AFERIDA. CONSTITUCIONALIDADE. **PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O Projeto ora em análise objetiva impossibilitar que o peso do material escolar transportado por crianças e adolescentes seja maior do que 5% do próprio peso quanto até 10 anos de idade, e maior de 10% do peso quando acima dessa faixa etária.

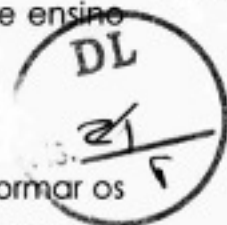
Para isso, atribui responsabilidade aos estabelecimentos de ensino público e privado para definir o material a ser transportado diariamente, bem como determina que o material escolar que exceder o peso de 5% da criança até 10 anos ou 10% do peso da criança ou



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



adolescente acima dessa idade deve ficar no estabelecimento de ensino "em armários individuais ou coletivos" (art. 2º, § 1º do projeto).



Obriga ainda os estabelecimentos de ensino a informar os alunos e pais ou responsáveis dos riscos do excesso de peso transportado e atribui responsabilidade às Secretarias de Estado da Educação e a da Saúde para colaborarem com as instituições de ensino na divulgação das informações (art. 3º e parágrafo único), bem como determina que a fiscalização do cumprimento da presente Lei ficará a cargo da Secretaria de Estado da Educação (art. 4º, "caput").

Por fim, impõe sanções administrativas (parágrafos do art. 4º).

FUNDAMENTAÇÃO

O nobre legislador estadual detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso)

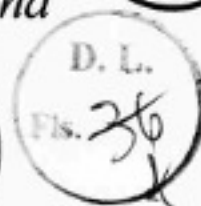
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

Ainda, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL, estabelece a competência legislativa concorrente a respeito da educação, senão vejamos:

**Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
(...)**

**IX - educação, cultura, ensino e desporto;
(grifo nosso).**

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.

Por fim, chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



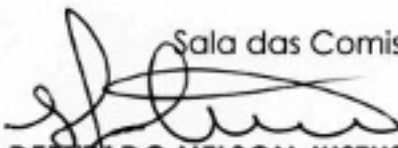
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

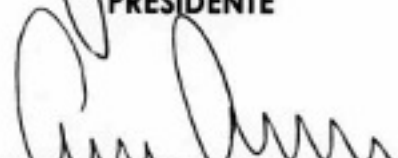
CONCLUSÃO



Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 03 de abril de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR











Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 845/2011

Projeto de Lei nº. 845/2011

Autoria: Dep. Luiz Eduardo Cheida

Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo estabelecer o peso bruto máximo do material escolar transportado em bolsas, mochilas ou similares por alunos do ensino pré-escolar e fundamental, de estabelecimentos públicos e privados no Estado do Paraná.

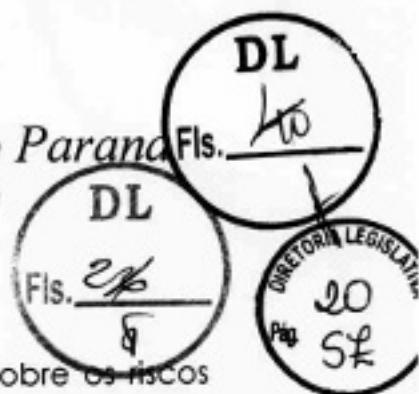
Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 03/04/2012, tendo como relator o Deputado Alexandre Curi, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere ao objeto de análise desta Comissão, constatamos que o Projeto vem no sentido de zelar pela saúde dos estudantes durante o período em que seus corpos estão em formação, estabelecendo para isso que o material escolar deve ter um peso máximo de 5% do peso do aluno de até 10 (dez) anos, ou 10% do peso do aluno com mais de 10 (dez) anos de idade.

A Proposição estabelece ainda que as coordenações dos estabelecimentos de ensino deverão determinar o material escolar a ser



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



transportado diariamente, realizar campanhas informando sobre os riscos do excesso de peso transportado e disponibilizar para que os estudantes possam deixar o material excedente guardado em segurança. Por fim, dispõe que as Secretaria de Estado da Educação e da Saúde devem colaborar na divulgação dos riscos ocasionados à saúde pelo excesso de peso transportado e que a fiscalização do cumprimento da Lei será de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, estabelecendo multas em caso de seu descumprimento.

O autor ainda cita como exemplo, na justificativa do Projeto, o Estado de Santa Catarina e o Município de Curitiba, que já contam com normatização em vigor acerca do tema. Além dos exemplos citados, constatamos que a Cidade de São Paulo também possui uma Lei com mesmo teor e que matéria semelhante encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, já tendo sido aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardando encaminhamento ao Senado Federal.

Apesar da ciência do ofício da Secretaria de Saúde presente no Projeto, no qual se classifica tal controle como inconsistente e opina-se pelo não prosseguimento da proposição nesta Casa, acreditamos na sua importância para assegurar o desenvolvimento saudável do cidadão paranaense, observando-se que, segundo consta no corpo do Projeto de Lei apresentado na Câmara dos Deputados, existem estudos da Sociedade Brasileira de Ortopedia que descrevem que cerca de 60% a 70% dos problemas de coluna na fase adulta são causadas pelo peso e esforços repetitivos na adolescência, além de referências científicas americanas realizadas pela American Academy of Orthopedic Surgeons e



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação

DIRETORIA LEGISLATIVA
21
Pág. 58

DL
Fis. 14

DL
Fis. 27

pela Backpack Safety America que recomendam o carregamento de uma proporção máxima de 15% do peso corporal.

Diante do exposto, certo da importância do presente Projeto de Lei para a conservação da saúde dos jovens paranaenses, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2012.

Agosto (vale a assinatura)
[assinatura]

[assinatura]
DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
Presidente

[assinatura]
DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator

[assinatura]
[assinatura]

[assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 845/2011



Súmula: Dispõe sobre o peso bruto máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná

PREÂMBULO

O presente Projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Luiz Eduardo Cheida que estabelece o peso máximo do material escolar dos alunos de estabelecimentos de ensino públicos e privados, no âmbito do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 03/04/2012, recebeu parecer favorável da comissão de educação.

No que se refere a análise desta comissão, constatamos que o projeto estabelece critérios importantes para saúde dos alunos dos estabelecimentos de ensino, tanto no público quanto no particular.

Consta ainda que este projeto já se encontra normalizado nos estados de Santa Catarina e no município de Curitiba, além do estado de São Paulo que possui lei com o mesmo teor. Matéria semelhante encontra-se em tramitação no congresso nacional, tendo sido aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardando encaminhamento ao senado Federal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Saúde



CONCLUSÃO

Diante do exposto, certo da importância do projeto de lei em discussão para a conservação da saúde e bem estar dos jovens e alunos paranaenses o parecer desta Comissão de Saúde é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação nesta casa de leis.

Sala das comissões, em 06 de novembro de 2012

Presidente

NELSON LUERSEN
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 845/2011

**SÚMULA: DISPÕE SOBRE O PESO
BRUTO MÁXIMO DO MATERIAL
ESCOLAR DOS ALUNOS DE
ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E
PRIVADOS, NO ÂMBITO DO PARANÁ.**

PREÂMBULO

O Projeto de Lei 845/2011 de autoria do Excelentíssimo Deputado Luiz Eduardo Cheida, visa, com a limitação do peso bruto do material escolar proteger os alunos dos estabelecimentos de ensinos públicos e privados no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

O Projeto ora em análise obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, e, igualmente

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



recebeu pareceres favoráveis das comissões temáticas de Educação e Saúde.

No que se refere à competência desta comissão cite-se o Art. 33-V, incisos I, II e III elencado no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, senão vejamos:

Art. 33-V Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apolar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. (grifamos)

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente de stina alguns artigos disciplinando as medidas específicas de proteção à criança e o adolescente, observe-se:

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianepet.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO



harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 72. As obrigações previstas nesta Lei não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados. (gn)

Assim, constata-se que o presente Projeto de Lei vem corroborar com a defesa dos direitos da Criança e do Adolescente quando limita o peso máximo do material escolar a ser transportado pelos os alunos dos estabelecimentos de ensino público e privado do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, concluímos pela relevância do presente projeto de lei para a proteção das crianças e adolescentes estudantes das escolas paranaenses e o parecer desta Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso é **FAVORÁVEL** a continuidade da tramitação nesta casa de leis.

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Praça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafaagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA,
DO ADOLESCENTE E DO IDOSO**



Sala das Comissões, 27 de Novembro de 2012.

ROSE LITRO
Presidente

CRISTINA MARIA LIMA

LUCIANA RAFAGNIN
Relatora

CAIO QUINTANA

LEONARDO PARANHOS
(Suplente)

Gabinete da Deputada Luciana Rafagnin

Prça Nossa Senhora da Saleta, s/nº - Gabinete 804 - Centro Cívico - Curitiba - PR - CEP 80530-911
Tel / Fax (41) 3350-4087 / 3350-4249 / 3252-4314 - e-mail: rafagnin@pr.gov.br - Site: www.lucianapt.org



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Gabinete Deputado Nelson Luersen



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 22 MAIO 2012

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 222/12.

Súmula: Dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos Estabelecimentos de ensino superior, nas situações em que especifica.

Art. 1º - Os estabelecimentos de ensino superior ficam obrigados a devolver aos alunos que desistam do curso, o valor integral da matrícula, descontado apenas a taxa administração, que não pode ser superior a 10% do valor da matrícula.

§ 1º - A desistência deve ocorrer em até 7 (sete) dias antes do início das aulas.

§ 2º - A devolução da matrícula ocorrerá no prazo máximo de 7 (sete) dias após a solicitação do reembolso.

Art. 2º - O descumprimento desta lei ensejará a aplicação de multa, em favor do consumidor, equivalente à cinco vezes o valor da matrícula, por infração.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de Maio de 2012

DEPUTADO ESTADUAL

NELSON LUERSEN

Justificativa em anexo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Gabinete Deputado Nelson Luersen



JUSTIFICATIVA :

Atualmente, os estabelecimentos de ensino superior abrem inscrições dos vestibulares muito cedo.

Com isso o vestibulando aprovado, que pretende prestar outros vestibulares, é obrigado a fazer a matrícula, desembolsando um valor que acaba por perder, caso seja aprovado em outro estabelecimento que mais lhe agrade e onde pretenda fazer seu curso.

Seguidamente, a quantia já paga quando da efetivação da matrícula não é devolvida integralmente ao estudante, que não pode ser coagido, como ocorre atualmente, a pagar antecipadamente valores para garantir a sua vaga na universidade

Assim, a solução está em obrigar o estabelecimento a devolver integralmente o valor da matrícula já paga, no ato da desistência do aluno.

Sabemos que o vestibular tem um custo para o estabelecimento de ensino, mas, como todo aluno paga uma taxa específica para isso, a devolução da matrícula não trará prejuízo algum,

Assenta-se a presente proposição em jurisprudência, já pacificada dos tribunais, inclusive do STJ, que tem entendimento de que o valor pago a título de matrícula deve ser devolvido ao aluno que desiste do curso, desde que dentro dos requisitos do art. 49 do CDC e a Lei 9.870/99, permitindo-se, apenas, ao estabelecimento de ensino, reter pequena parte desse valor, a título de taxa de administração. (STJ, RESP 00081862/SP).

Com base no acima exposto solicito o apoio dos nobres pares com assento neste parlamento para a devida aprovação da matéria proposta.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/2012



Projeto de Lei nº.: 222/12

Autor: **Deputado Estadual Nelson Luersen**

Súmula: Dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior, nas situações em que especifica.

EMENTA: DEVOLUÇÃO DO VALOR DA MATRÍCULA EM CASO DE DESISTÊNCIA DO ALUNO. ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS, 39, V E 51, I E II, AMBOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E 884 DO CÓDIGO CIVIL. ANALOGIA AO ART. 42, PARÁG. ÚNICO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. MULTA EM DOBRO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA DO ART. 2º. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Nelson Luersen, visa obrigar os estabelecimentos de ensino superior a devolver aos alunos que desistam do curso o valor pago por conta de matrícula, descontado tão somente a taxa de administração que não pode ser superior a 10% (dez por cento) do valor da referida matrícula.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete 702 - 7º andar

Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 21/06/12

Assinado por

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

Fls. 11

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o assunto de direito do consumidor, a Constituição da República prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Como não poderia ser de forma contrária, determina a Constituição Estadual, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

É certo que quando a instituição de ensino retém o valor da matrícula ainda que o aluno desista do curso antes do início das aulas, isto gera enriquecimento ilícito, pois não houve a ocorrência da devida contraprestação.

Destarte, acaba por ser prática abusiva e, conforme dispõe o art. 39, V, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas:

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

Ademais, é certo que é nula disposição contratual que vede o reembolso. De fato, dispõe o Código de Defesa do Consumidor que:

Art. 51. São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho



I - impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos. Nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor pessoa jurídica, a indenização poderá ser limitada, em situações justificáveis;

II - subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga, nos casos previstos neste código;

Quanto ao enriquecimento ilícito, dispõe o Código Civil que:

Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

Para corroborar, cita-se o precedente julgado pelo próprio Deputado autor do projeto em sua Justificativa (STJ, REsp nº 81.862-SP), que manteve decisão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa havia sido a seguinte:

"Matrícula. Desistência do Curso. Restituição do valor de matrícula. Prazo de 7 dias. Conta-se a partir da prestação dos serviços, do início das aulas. Admissibilidade. Inteligência do art. 49 c.c 47 do CDC. Retenção caracteriza enriquecimento sem causa. Ilegalidade. Embargos rejeitados."

Assim, o presente projeto de lei encontra-se de acordo com a previsão constitucional de defesa do consumidor, sendo de competência do legislador estadual.

DA NECESSIDADE DE EMENDA MODIFICATIVA QUANTO AO ART. 2º DO PRESENTE PROJETO DE LEI:

Com relação ao art. 2º do presente Projeto de Lei, necessário uma emenda modificativa para adaptá-lo ao disposto no Código de Defesa do Consumidor, que preconiza devolução em dobro no caso de valores, conforme preconiza o parágrafo único do art. 42:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.
Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Kury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

Fls. 13

acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.

Assim, sugere-se a emenda modificativa anexa para adequar a pena de descumprimento, eis que multa em favor do consumidor "equivalente a cinco vezes o valor da matrícula" se evidencia como exagerada e demasiada onerosa às instituições de ensino, devendo ser ela feita no mesmo patamar já preconizado no Código de Defesa do Consumidor para os casos de cobrança indevida qual seja, repetição por valor igual ao dobro do que pagou, mais juros e correção monetária.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que ela está perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impeçam a tramitação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da Emenda Modificativa anexa.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2012

NELSON JUSTUS
Presidente

CESAR SILVESTRI FILHO
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Gabinete
Centro Cívico - Curitiba - Paraná

102 - APROVADO
10/06/2012



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Cesar Silvestri Filho

DL

Fls. 14

EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI Nº 222/2012

Amparado pelos artigos 29, 136 e 137, §4º, todas do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda modificativa ao art. 2º do Projeto de Lei 222/2012, de autoria do Deputado Nelson Luersen, para lhe dar a seguinte redação:

"ART. 2º. EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DESTA LEI, O ALUNO QUE HOUVER DESISTIDO DO CURSO, NA FORMA PRECONIZADA NO §1º DO ART. 1º, TEM DIREITO À REPETIÇÃO DO INDÉBITO, POR VALOR IGUAL AO DOBRO DO QUE PAGOU, ACRESCIDO DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS LEGAIS"

Sala das Comissões, 06 de junho de 2012

NELSON JUSTUS
Presidente

CESAR SILVESTRI FILHO
Relator

APROVADO

unanimemente
(01/06/12)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Lito



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 222/2012

Súmula: Dispõe sobre a devolução do valor da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior, nas situações em que especifica.

Autor: Deputado Nelson Luersen.

Justificativa: Regulamentar a desistência de matrícula em instituições de nível superior.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda).

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pelo parlamentar, tendo em vista a necessidade da proteção do aluno enquanto consumidor, no caso de desistência de matrícula.

Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollen Mello e Deputada Rose Lito



havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, esta comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

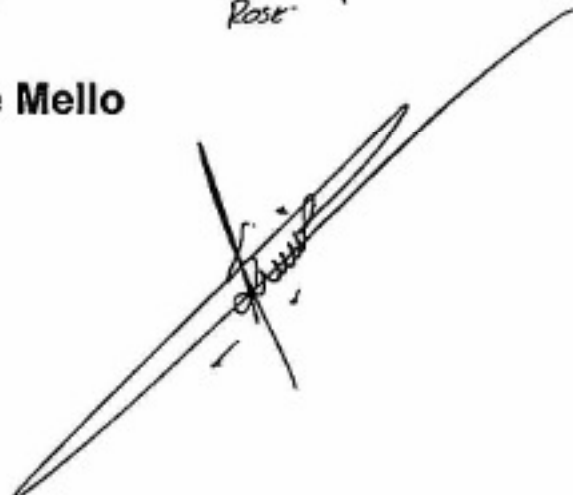
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de 09 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator


Rose





Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-1-

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 222/12

EMENTA: COMISSÃO DE EDUCAÇÃO -
INTRODUÇÃO DE LEGISLAÇÃO AO
ORDENAMENTO JURÍDICO ESTADUAL QUE
DISPÕE SOBRE DEVOLUÇÃO INTEGRAL DOS
VALORES ADIMPLIDOS A TÍTULO DE
MATRÍCULA EM DETERMINADAS SITUAÇÕES
- APROVAÇÃO PELA CCJ - APROVAÇÃO
PELA CDCD - EXISTÊNCIA DE
UTILIDADE, INTERESSE PÚBLICO E
RAZOABILIDADE - PARECER FAVORÁVEL.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei (PL) de autoria do Deputado NELSON LUERSEN, o qual pretende introduzir no ordenamento jurídico paranaense legislação que obriga a devolução integral do valor pago a título de matrícula nos

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Saleta s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-2-

Estabelecimentos de ensino superior em situações especificadas no Projeto.

Argumenta, o autor, que atualmente os estabelecimentos de ensino superior abrem inscrições dos vestibulares muito cedo, e com isso o vestibulando aprovado, que pretende prestar outros vestibulares é obrigado a fazer a matrícula desembolsando o respectivo valor.

Ainda, que quando aprovado em outra instituição, não pretendendo cursar a qual teria feito a matrícula, no ato do pedido de cancelamento da matrícula anteriormente formalizada o estudante recebe tão somente 10% (dez por cento) do valor.

Desta forma, o PL pretende obrigar o estabelecimento em devolver integralmente o valor da matrícula já paga, no ato da desistência do aluno.

Por fim, o autor aduz a jurisprudência do STJ que tem entendimento no mesmo sentido da proposição.

O PL foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, nos termos do artigo 33-A do Regimento Interno, considerado constitucional, estando estritamente dentro da legalidade, juridicidade, e estruturalmente de acordo com o que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95/1998.

Em ato contínuo o PL recebeu parecer favorável na Comissão de Defesa do Consumidor, nos termos do artigo 33-P do Regimento desta Casa Legislativa.

**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-3-

Após, encaminhado a esta Comissão para ser emitido parecer acerca do mérito do PL.

É o relatório, no que interessa.

FUNDAMENTAÇÃO

Em um primeiro momento importante mencionar o artigo 33-G do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual estabelece a competência desta Comissão para emitir parecer acerca do mérito de Projetos de Leis que versem sobre educação e instituições de ensino.¹

O presente Projeto de Lei em seu mérito é adequado aos interesses públicos, uma vez que busca a devolução integral de valores pagos a título de matrículas, quando estas são canceladas pelos estudantes que ingressam no ensino superior.

No mesmo sentido que a pretensa legislação se coaduna a Código de Defesa do Consumidor, mais especificamente em seu artigo 49.

Por fim, se consigne que está presente não apenas o interesse público, mas também a razoabilidade da medida uma vez que vem em proteção ao estudante paranaense, bem como a sua utilidade está devidamente comprovada.

¹ ART. 33G Compete à Comissão de Educação manifestar-se sobre proposições relativas à educação e instrução pública ou particular.



Estado do Paraná

PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



-4-

Desta forma, a matéria versada no Projeto de Lei em apreço coaduna com o interesse público, devendo o seu mérito ser aprovado nesta Comissão.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, entendo pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.

Deputado EVANDRO JÚNIOR
Presidente em exercício.

Deputado PEDRO LUPION
Relator

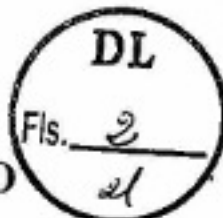
**PEDRO
LUPION**
Deputado Estadual

Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 806, Centro Cívico, Curitiba, Paraná |
Fone (fax): 41 3350 4006 | www.pedrolupion.com.br | dep.pedrolupion@gmail.com.



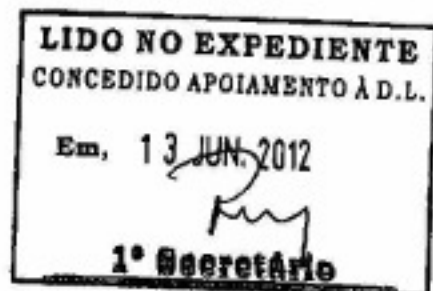
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

268/12



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no município de Concórdia no Estado de Santa Catarina e representação no Município de Castro.

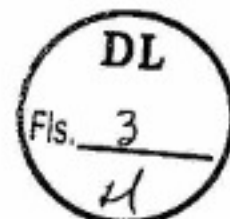
Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no município de Concórdia no Estado de Santa Catarina e representação no Município de Castro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Sala das Sessões, em


MARCELO RANGEL
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:



A propositura em tela tem como objetivo declarar de utilidade pública a Beneficência Camiliana do Sul, com sede e foro no município de Concórdia e representação no município de Castro.

A beneficência realiza um trabalho voltado para a área de saúde, de forma que busca o respeito ao ser humano e o tratamento adequado com as pessoas que necessitam.

A Beneficência Camiliana do Sul atende os requisitos legais deste Estado, conforme documentação em anexo. Portanto, requer-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição parlamentar.

Declaração

Declaro que tenho conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pelo Beneficência Camiliana do Sul, nos termos do artigo 2º da lei 16.888 de 01 de Agosto de 2011.



Marcelo Rangel
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 268/2012

Projeto de Lei nº. 268/2012

Autor: Deputado Estadual Marcelo Rangel.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Beneficência Camiliana do Sul**, com sede e foro no Município de Concórdia no Estado de Santa Catarina e representação no Município de Castro.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Rangel, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Beneficência Camiliana do Sul**, com sede e foro no Município de Concórdia no Estado de Santa Catarina e representação no Município de Castro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

Concedido vista.

Em 20 / 11 / 2012

Antônio Quintana

CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

APROVADO

unanimidade 27.11.12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

PROJETO DE LEI Nº 280 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 19 JUN. 2012

1º Secretário

SÚMULA: TORNA OBRIGATÓRIO AFIIXAR EM LOCAL VISÍVEL AOS ALUNOS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR INFORMAÇÕES SOBRE A GRATUIDADE NA EMISSÃO DE CERTIFICADOS E DIPLOMAS NA FORMA QUE MENCIONA.

Art. 1º - As Instituições de Ensino superior, em observância ao estabelecido pelo MEC, ficarão obrigadas;

I . Afixar em local visível aos alunos informações sobre o conteúdo do art. 32, § 4º da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com o seguinte texto:

"A expedição do diploma considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno".

Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará em pena de multa de 300 UFP/PR (Unidade Fiscal Padrão do Estado do Paraná).

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de junho de 2012.

PEDRO LUPION

Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION

JUSTIFICATIVA

É uma prática muito comum entre as Instituições de Ensino quando da conclusão dos cursos ministrados por elas, a cobrança pela emissão de Certificados e Diplomas, e até pelo simples ato de entrega desses documentos.

Mesmo sabendo da existência da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007 publicada pelo MEC, as Instituições de Ensino incorrem na prática abusiva de cobrarem por estes certificados e diplomas.

Diante das constantes dúvidas quanto a legalidade da referida cobrança, vê-se a necessidade da divulgação do conteúdo da Portaria editada pelo MEC visando esclarecer a população quanto aos seus direitos.

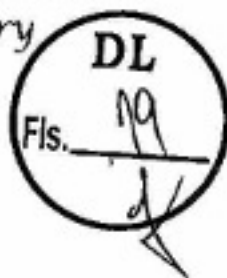
Assim, mostra-se necessária e pertinente a propositura ora apresentada, como forma de proteger os direitos dos cidadãos.

Pelos motivos acima expostos, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 280/2012



Projeto de Lei nº 280/2012

Autor: Deputado Estadual Pedro Lupion

PREFÁCIO

O presente projeto de Lei visa obrigar as instituições de ensino superior a afixarem, em local visível, o conteúdo do Art. 32, parágrafo 4º da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, para o fim de informar a gratuidade acerca da expedição de certificados e diplomas, observada a ressalva normativa.

EMBASAMENTO JURÍDICO

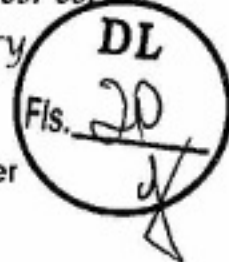
De acordo com a determinação do Regimento Interno desta Casa de leis, cumpre ressaltar a competência do nobre deputado para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer
Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a
Constituição do Estado do Paraná, observa-se:



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

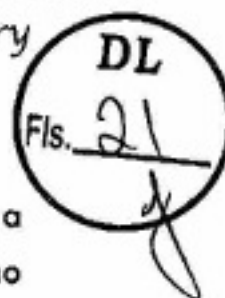
Da análise do Projeto em tela, nota-se que o objetivo é divulgar a gratuidade do serviço de expedição de diploma pelas instituições de ensino superior, nos termos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Ocorre que a mencionada Portaria restou republicada em 29 de dezembro de 2010, instituindo o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação, bem como, o Cadastro e-Mec de Instituições e Cursos Superiores e dispondo, ainda, sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores e sobre o ENADE.

De acordo com a mencionada norma, o parágrafo 4º, do artigo 32, além de dispor sobre a expedição do diploma, acrescentou o histórico escolar final como serviço educacional a ser prestado sem cobrança de qualquer valor, pela instituição, conforme adiante transcrito:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento.

§ 4º A expedição do diploma e histórico escolar final considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno.

Diante disso, o presente Projeto pretende obrigar a divulgação, com afixação em local visível, do exato teor do parágrafo 4º, fazendo com que todos possam pleitear e se beneficiar em situação de igualdade, conforme justificativa do autor.

Assim, nota-se que o objeto da pretensa Lei diz respeito ao acesso à informação.

Considerando isto, o direito de informação é multifacetário e envolve algumas vertentes, sendo uma garantia constitucional de todo ser humano, vejamos:

O Art. 5º, inciso XIV da Constituição da república prevê:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DL

Fls. 22

aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;



Ademais, dispõe o Título VII da Constituição da república, "Da ordem Social", Art. 220, "caput":

Art. 220 - A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

O referido dispositivo assegura o direito de auferir, transmitir e buscar informações, não podendo sofrer ressalvas ou embaraços por parte do Estado.

Assim, uma vez possibilitado o acesso, a informação torna-se pública, daí decorrendo o direito de todos receberem-na e exigirem-na. Denota-se, então, que o direito à informação, trata-se de direito assegurado pela Carta Magna não sendo admissível restringir pessoas ou grupos de pessoas, deverá estar ao alcance de todos de forma igualitária.

Por fim, observa-se do Art. 2º do Projeto em tela a previsão de multa de 300 UFP/PR para o caso do não cumprimento da lei. Todavia, visando apenas a correção da redação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 23

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 14

legislativa no sentido da grafia da unidade fiscal sugere-se a Emenda Modificativa corretiva em anexo, com fulcro no artigo 137, parágrafo 7º, inciso III do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visando sanar este vício.

Considerando as Emendas sugeridas, por se tratarem da mesma modalidade, qual seja, Emenda modificativa, seguem no mesmo anexo.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, entende-se pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei, na forma da Emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
RELATOR

APROVADO

unânime 09/07/12

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 24

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pg. 15

EMENDA MODIFICATIVA – PROJETO DE LEI Nº 280/12

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda modificativa, para contar a seguinte redação:

"SÚMULA: Torna obrigatório afixar em local visível aos alunos das instituições de ensino superior informações sobre a gratuidade na emissão de diplomas e histórico escolar final na forma que menciona."

Art. 1º. As Instituições de Ensino Superior, em observância ao estabelecido pelo MEC, ficarão obrigadas:

I. Afixar em local visível aos alunos informações sobre o conteúdo do art. 32, § 4º da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, com o seguinte texto:

"A expedição do diploma e histórico escolar final considera-se incluída nos serviços educacionais prestados pela instituição, não ensejando a cobrança de qualquer valor, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especiais, por opção do aluno."

"Art. 2º - O não cumprimento desta lei acarretará em pena de multa de 300 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná)."

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO EVÂNDRO JUNIOR
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Saleta s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

Unanime 07/07/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rose Lito



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 280/2012

Súmula: Torna obrigatório afixar em local visível aos alunos das instituições de ensino superior informações sobre a gratuidade na emissão de certificados e diplomas na forma que menciona.

Autor: Deputado Pedro Lupion

Justificativa: Divulgação de informação de lei de interesse do consumidor.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emenda).

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

"Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor."

Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Entende-se como suficiente e louvável a justificativa apresentada pelo parlamentar, tendo em vista a existência de legislação a amparar a pessoa do aluno enquanto consumidor.

Assim, diante da intenção em proteção ao consumidor, não



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

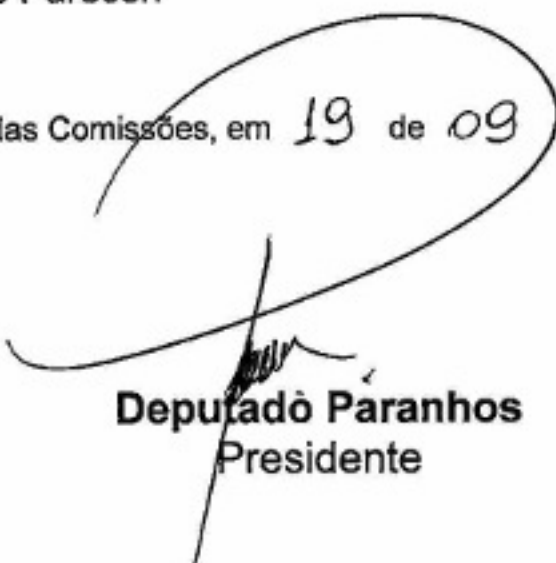
Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollen Mello e Deputada Rose Lito



havendo óbice legal e estando em consonância com a legislação consumerista, emite-se parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente projeto de lei.

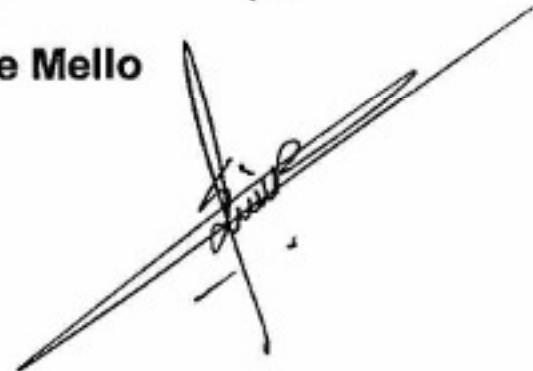
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 19 de 09 de 2012.


Deputado Paranhos
Presidente


Deputado Péricles de Mello
Relator


Rose





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 280/2012

Projeto de Lei nº. 280/2012

Autoria: Dep. Pedro Lupion

Súmula: Torna obrigatório afixar em local visível aos alunos das Instituições de Ensino Superior informações sobre a gratuidade na emissão de Certificados e Diplomas na forma que menciona.

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, tem por objetivo obrigar as Instituições de Ensino Superior situadas no Estado do Paraná a afixar, em local visível, informações sobre a Portaria Normativa nº 40 do Ministério da Educação, que proíbe a cobrança de qualquer valor referente à expedição de diploma e histórico escolar final, ressalvada a hipótese de apresentação decorativa, com a utilização de papel ou tratamento gráfico especial, por opção do aluno.

Foi exarado parecer favorável com emenda pela Comissão de Constituição e Justiça, no dia 09/07/2012, visando apenas corrigir um erro de grafia no índice de correção da multa estipulada em caso de descumprimento. Recebeu novo parecer favorável da Comissão de Defesa do Consumidor, no dia 19/09/2012, e é agora esta Comissão é chamada a se manifestar, nos termos do artigo 33-E do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere à análise temática desta Comissão, não encontramos qualquer óbice à aprovação do Projeto de Lei em tela, uma vez que pretende apenas informar aos estudantes de um direito a eles já assegurado, sem trazer qualquer tipo de impacto financeiro à instituição

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



de ensino, que serão incumbidas apenas de afixar um impresso contendo tal informação.

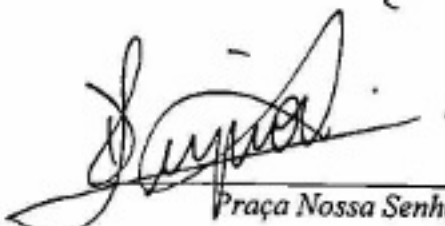
Na verdade a necessidade de tal medida é plenamente compreensível, pois algumas instituições usam como praxe a pratica da cobrança pela expedição de diplomas em papéis de qualidade diferenciada e com tratamento gráfico especial, prestando um serviço de maior qualidade, mas onerando o aluno. Trata-se apenas da ampla divulgação do direito de receber um diploma mais simples, sem precisar pagar qualquer quantia para tal.

Diante do exposto, o parecer desta Comissão é **FAVORÁVEL** à continuidade de sua tramitação, razão pela qual somos pela **APROVAÇÃO** do presente projeto.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


DEPUTADO EVANDRO JUNIOR
Presidente


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator


Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº 556/12



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 NOV 2012

Ruy
1º Secretário

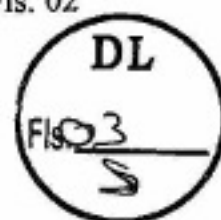
SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE
MÃOS UNIDAS, desta Capital.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS, com sede e foro
na cidade e Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2012.

Caio Quintana
Deputado CAIO QUINTANA



JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua participar ativamente dos trabalhos de construção e desenvolvimento integral dos cidadãos, promovendo a pesquisa, a educação, a cultura, a ciência e tecnologia, bem como as saúde e assistência social, em benefício da promoção humana, em âmbito local, regional e nacional, através de suas diversas unidades.

Como se comprova pela documentação anexa, a entidade obedece a todos os requisitos previstos pela Lei nº 16.888/2011 para ser declarada de Utilidade Pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 556/2012



Projeto de Lei nº. 556/2012
Autor: Deputado Estadual Caíto Quintana

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS**, com sede e foro no Município de Curitiba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Caíto Quintana, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE MÃOS UNIDAS**, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, educação, pesquisa e cultura, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

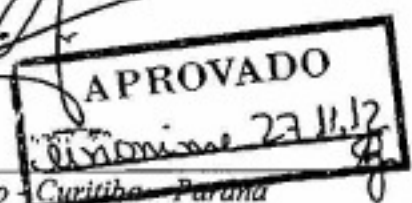
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR





PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

PROJETO DE LEI 570/12

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. Fica criado, na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SEJU, no nível de direção superior, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo.

Art. 2º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas a promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná.

Art. 3º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, possui as seguintes atribuições:

I – promover a política global, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, possibilitando sua integração e promoção como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural;

II – avaliar, propor, discutir e participar da formulação e fiscalização de políticas públicas de promoção e proteção dos direitos das mulheres, observada a legislação em vigor, visando a eliminação de preconceitos, a plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural do Estado do Paraná;

III – propor a adoção de mecanismos e instrumentos que assegurem a participação e o controle popular sobre as políticas públicas para a promoção e garantia dos direitos das mulheres, por meio da elaboração do Plano Estadual, programas, projetos e ações, bem como os recursos públicos necessários para tais fins;

IV – acompanhar a elaboração e a avaliação da proposta orçamentária do Estado, indicando à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos as prioridades, propostas e modificações necessárias à consecução da política formulada, bem como para o adequado funcionamento deste Conselho;



V – acompanhar a concessão de auxílios e subvenções a pessoas jurídicas de direito privado atuantes no atendimento às mulheres;

VI – elaborar e apresentar, anualmente, à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos e ao Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Conselho no período, dando ampla divulgação ao mesmo, de forma a prestar contas de suas atividades à sociedade;

VII – propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção e proteção dos direitos das mulheres;

VIII – oferecer subsídios para a elaboração de legislação atinentes aos interesses das mulheres, bem como se manifestar sobre o mérito de iniciativas legislativas que tenham implicações nos direitos das mulheres;

IX – incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e garantia dos direitos das mulheres;

X – Articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando incentivar e aperfeiçoar o relacionamento e intercâmbio sistemático sobre a promoção dos direitos das mulheres;

XI – Analisar e encaminhar aos órgãos competentes as denúncias e reclamações de qualquer pessoa ou entidade por desrespeito aos direitos assegurados às mulheres;

XII – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres;

XIII – promover canais de diálogo com a sociedade civil;

XIV – incentivar a criação e o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres;

XV – pronunciar-se, emitir pareceres e prestar informações sobre matérias que digam respeito à promoção e à proteção dos direitos das mulheres, que lhe sejam submetidas pelo Departamento de Direitos Humanos – DEDIC, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos;

XVI – aprovar, de acordo com critérios estabelecidos em seu Regimento Interno, o cadastramento de entidades de proteção ou de atendimento às mulheres que pretendam integrar o Conselho;

XVII – elaborar o Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher -



CEDM e participar da elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas de Direitos das Mulheres em consonância com as conclusões das Conferências Estadual e Nacional e com os Planos e Programas contemplados no Orçamento Público;

XVIII – organizar as Conferências Estaduais de Políticas Públicas para as mulheres.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá estabelecer contato direto com os órgãos do Estado do Paraná, pertencentes à Administração Direta ou Indireta, objetivando o fiel cumprimento das suas atribuições.

Art. 4º. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será composto por 26 (vinte e seis) membros e respectivos suplentes, dos quais 50% (cinquenta por cento) serão representantes do Poder Público e 50% (cinquenta por cento) serão representantes da sociedade civil organizada.

Art. 5º. A representação do Poder Público será composta da seguinte forma:

I – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a serem indicados pelo titular da Pasta;

II – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Segurança Pública, preferencialmente lotados na Delegacia da Mulher, a serem indicados pelo titular da Pasta;

III – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Saúde, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IV – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Economia Solidária, a serem indicados pelo titular da Pasta;

V – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VI – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Cultura, a serem indicados pelo titular da Pasta;

VIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul, a serem indicados pelo titular da Pasta;

IX – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Educação, a serem indicados pelo titular da Pasta;



X – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado do Esporte, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XI - 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Secretaria Especial de Relações com a Comunidade, a serem indicados pelo titular da Pasta;

XIII – 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente da Casa Civil, a serem indicados pelo titular da Pasta.

Art. 6º. A representação da sociedade civil organizada será eleita e composta por 13 (treze) representantes titulares e respectivos suplentes das entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos no âmbito do Estado do Paraná, obrigatoriamente ligadas à promoção e proteção dos direitos das mulheres.

Art. 7º. Serão convidados a participar das reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, com direito a voz, sem direito a voto:

I – 01 (um) representante do Poder Judiciário do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná;

II - 01 (um) representante do Ministério Público do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná;

III - 01 (um) representante da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

IV - 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná;

V - 01 (um) representante da Defensoria Pública do Estado do Paraná e seu suplente, a serem indicados anualmente pelo Defensor Público Geral.

Parágrafo único. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM poderá convidar para participar de suas sessões, com direito a voz, sem direito a voto, representantes de entidades ou órgãos, públicos ou privados, cuja participação seja considerada importante diante da pauta da sessão e pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das



matérias em exame.

Art. 8º. A eleição dos membros representantes da sociedade civil organizada do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será realizada em Assembleias durante as Conferências Estaduais da Mulher, as quais deverão ser realizadas a cada 02 (dois) anos.

Parágrafo único. O Regimento Interno disporá sobre as normas para habilitação e realização das eleições dos membros oriundos da sociedade civil organizada.

Art. 9º. Caberá aos órgãos públicos a indicação de seus membros efetivos e suplentes, no prazo a ser estabelecido pela Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à mulher.

Art. 10. O não atendimento ao disposto no artigo anterior, quando se tratar de representantes da sociedade civil organizada, implicará na substituição da representante por sua suplente mais votada na ordem de sucessão.

Art. 11. Os membros das organizações da sociedade civil e seus respectivos suplentes não poderão ser destituídos, no período do mandato, salvo por razões que motivem a deliberação da maioria qualificada por 2/3 do Conselho.

Art. 12. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros.

Art. 13. O Regimento Interno do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, em vigor, deverá ser alterado, no prazo de 90 (noventa) dias, para se adequar à presente Lei.

Art. 14. Os membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado do Paraná.

Art. 15. Os membros representantes do Poder Público poderão ser reconduzidos para mandato sucessivo, desde que não exceda a 04 (quatro) anos seguidos.

Art. 16. O mandato dos membros do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será de 2 (dois) anos, permitida 01 (uma) recondução.

Art. 17. O desempenho da função de membro do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, que não tem qualquer remuneração ou percepção de gratificação, será considerado serviço relevante prestado ao Estado, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 18. As deliberações do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM,



serão tomadas pela maioria simples, estando presentes a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 19. Todas as reuniões do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, serão sempre abertas à participação de quaisquer interessados.

Art. 20. À Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

- I - representar o Conselho junto a autoridades, órgãos e entidades;
- II - dirigir as atividades do Conselho;
- III - convocar e presidir as sessões do Conselho;
- IV - proferir o voto de desempate nas decisões do Conselho.

Art. 21. A Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM será substituída em suas faltas e impedimentos pela Vice-Presidente do Conselho, e na ausência simultânea de ambas presidirá o Conselho a sua conselheira mais antiga.

Art. 22. A Presidência do Conselho terá alternância em sua gestão, sendo um mandato presidido por uma representante do Poder Público e o outro por uma representante da sociedade civil organizada.

Art. 23. À Secretária Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM compete:

- I – providenciar a convocação, organizar e secretariar as sessões do Conselho;
- II – elaborar a pauta de matérias a serem submetidas às sessões do Conselho para deliberação;
- III – manter sistema de informação sobre os processos e assuntos de interesse do Conselho;
- IV – organizar e manter a guarda de papéis e documentos do Conselho;
- V – exercer outras funções correlatas aos objetivos do Conselho.

Art. 24. A Presidente, a Vice-Presidente e a Secretária Geral do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, serão eleitas pela maioria qualificada do Conselho. As eleições gerais estarão dispostas em Regimento Interno.

Art. 25. O Departamento de Direitos Humanos e Cidadania, da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, prestará todo o apoio técnico, administrativo



e de infraestrutura, necessários ao pleno funcionamento do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM.

Art. 26. O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM deverá ser instalado em local destinado pelo Estado, incumbindo à Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU adotar as providências para tanto.

Art. 27. O Poder Executivo do Estado do Paraná arcará com os custos de deslocamento, alimentação e permanência das Conselheiras e seus acompanhantes não residentes em Curitiba e Região Metropolitana, quando necessário e justificadamente, para o exercício de suas funções.

Art. 28. O Poder Executivo do Estado do Paraná poderá, conforme disponibilidade orçamentária, custear as despesas das Conselheiras, representantes da sociedade civil e representantes do poder público, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença na Conferência Nacional dos Direitos da Mulher.

Parágrafo único. A previsão do *caput* deste artigo refere-se tanto às Delegadas representantes do Poder Público quanto às Delegadas representantes da sociedade civil organizada.

Art. 29. O Poder Executivo deverá arcar com as despesas de realização e divulgação das Conferências Estaduais dos Direitos da Mulher.

Art. 30. Ficam revogados os arts. 39 ao 46 do Anexo ao Decreto Estadual nº 5.558, de 15 de agosto de 2012.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 12 de novembro de 2012.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências
Em, 12/11/2012
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM
Nº 072 /2012

Curitiba, 12 de novembro de 2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 NOV 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei que objetiva criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

O Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM tem por finalidade possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná.

A adequação do Conselho Estadual da Mulher no Paraná aos moldes e padrão dos demais Conselhos Estaduais possibilita uma atuação mais dinâmica do referido Conselho, tendo em vista a relevância dos temas discutidos, das ações e atividades realizadas por este órgão.

Ressalte-se que os Conselhos Estaduais do Paraná possuem habitualmente 12 (doze) membros titulares e 12 (doze) membros suplentes, sendo metade dos membros (tanto titulares, quanto suplentes) indicados pelas entidades da sociedade civil organizada e a outra metade indicada pelo Poder Público do Estado, através da nomeação pelo Governador do Estado e com formação paritária.

Diferentemente do padrão adotado pelo Estado do Paraná aos demais Conselhos Estaduais, o Conselho Estadual da Mulher do Paraná atualmente é composto por 32 (trinta e dois) membros, dos quais 12 (doze) membros são representantes do Poder Público, vinculados ao Legislativo Municipal ou Estadual, ao Judiciário, ao Ministério Público, à área da Saúde, Educação, Trabalho, Cultura,

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.420.614-8



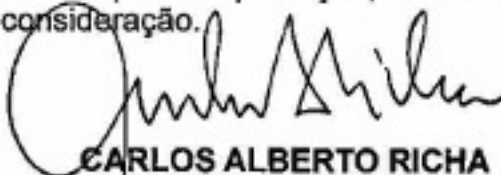
Promoção Social, Criança e Juventude, Meio Ambiente, Justiça, Cidadania, Segurança Pública e outros órgãos executores de políticas públicas para mulheres, de livre escolha do Governador do Estado; 04 (quatro) membros são mulheres com notório conhecimento das questões de gênero e atuação nas áreas escolhidas pelo Governador do Estado; 10 (dez) membros são representantes de entidades que façam parte dos movimentos sociais da área, indicados após consulta prévia e formal; 01 (um) membro é representante de cada Regional que compõe o Estado do Paraná, assim distribuída: Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, ocupantes das Secretarias Municipais da Mulher e/ou mulheres reconhecidamente envolvidas com a causa e indicadas após consulta formal a todos os Municípios que as integram, respeitada a atuação exigida de participação na área afim.

Diante de discrepância entre a composição do Conselho Estadual da Mulher do Paraná e os demais Conselhos Estaduais e a necessidade de paridade em sua formação é que proponho, através do Anteprojeto de Lei em anexo, uma nova composição, mais adequada aos moldes dos demais Conselhos e dinâmica contando com 26 (vinte e quatro) membros, dentre os quais serão 13 (treze) membros titulares e 13 (treze) membros suplentes.

As despesas para custeio e manutenção do referido conselho correrão a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente – 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Por último, esclareço que as despesas estão contempladas na proposta orçamentária 2012 da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovadas na Lei Orçamentária nº 17.012/2011, previstas no Plano Plurianual conforme a Lei nº 17.013/2011, não estando, portanto, em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/2012

Projeto de Lei nº. 570/2012

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 072/2012

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

EMENTA: CRIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 33-A E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTs. 65, 66 e 87 DA CE. POSSIBILIDADE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Com relação a iniciativa das Leis, ainda, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Inclusive, deve-se destacar que o referido tema é de competência privativa do Governador do Estado, conforme pode ser observado pelos artigos 66, IV e 87, III da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

[vide ADIN 979-6]

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que correrão a conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182 – Desenvolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
52

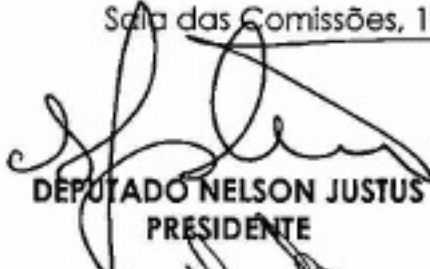
Direitos Humanos, categoria econômica da despesa corrente – 3, Fonte do Tesouro do Estado.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR






APROVADO

Unanime R.T.L.D



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 570/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, examinar a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 072/12 que objetiva criar no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher-CEDM, conforme específica.

Inicialmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável por meio do Deputado Ademar Traiano.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Registre-se que, as despesas para custeio e manutenção do referido Conselho correrão à conta da dotação orçamentária 4902.14422034.182-Desevolvimento de Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos, categoria econômica da despesa concorrente-3, Fonte do Tesouro do Estado e que ainda estão contempladas na proposta orçamentária 2012 da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, aprovadas na Lei Orçamentária nº 17.012/2011, previstas no Plano Plurianual conforme a Lei nº 17.013/2011, não estando, portanto, em desacordo com a Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças


DL
Fls. 20
SL

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seus arts. 65, 66 e 87 ressalta que a iniciativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.

Assim sendo, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 20/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO
RELATOR

Emílio Vitti





COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 570/2012

AUTOR: PODER EXECUTIVO – MENSAGEM N. 072/2012

RELATOR: DEPUTADO WALDYR PUGLIESI

Súmula: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

EMENTA: CRIAÇÃO CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS DA MULHER. SEJU. ART. 33-U REGIMENTO INTERNO. ART. 219, CONSTITUIÇÃO ESTADO PARANÁ. POSSIBILIDADE APROVAÇÃO. CDHC.

TRAMITAÇÃO:

O Projeto de Lei n. 570/12 – Mensagem Governamental n. 072/2012 – foi protocolada nesta Casa de Leis em 12 de novembro de 2012, e recebeu parecer favorável por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça em 19 de novembro.

Após ciência da Diretoria Legislativa, foi encaminhado à Comissão de Finanças, que em 20 de novembro, emitiu parecer favorável, igualmente por unanimidade à proposição. A Diretoria Legislativa encaminhou para parecer desta CDHC em 22 de novembro de 2012.

Parecer da CDHC:

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa define é de competência da Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania:

Art. 33-U Compete à Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania manifesta-se sobre



toda e qualquer proposição que tenha como objeto a criação, modificação, extinção ou regulamentação de direitos, individuais e coletivos relativos à pessoa humana e à cidadania, especialmente os instituídos pelo art. 5º da Constituição Federal; bem como sobre as proposições relativas ao resguardo, criação ou extinção de órgãos do Estado que atendam ou defendam os direitos humanos.

Desta forma, considera-se totalmente pertinente nossa manifestação nesta proposição que visa instituir mecanismo de participação democrática para promoção dos direitos da mulher, através de órgão colegiado de natureza **consultivo e deliberativo**.

A Constituição do Estado do Paraná elenca expressamente a proteção dos direitos da mulher, incentivando a criação de estrutura estatal de participação cidadã, nestes termos:

Art. 219. O Conselho Estadual da Condição Feminina é órgão governamental de assessoramento, instituído por lei, com o objetivo de promover e zelar pelos direitos da mulher, propondo estudos, projetos, programas e iniciativas que visem eliminar a discriminação contra a mulher em todos os aspectos, em integração com os demais órgãos do Governo.

§ 1º. O Conselho Estadual da Condição Feminina terá estrutura administrativa e dotação orçamentária.

§ 2º. O Conselho Estadual da Condição Feminina propugnará pela dignidade da mulher, compreendida como direito à educação, ao trabalho, à saúde, à cultura, à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

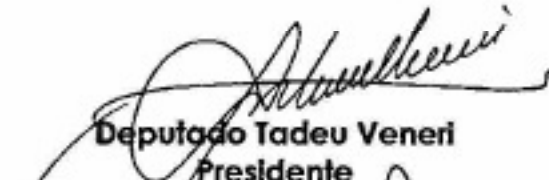


maternidade, à integridade física e moral, sem qualquer discriminação, promovendo-a como cidadã em todos os aspectos da vida econômica, social, política e cultural.

Assim, a criação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, alocado na estrutura organizacional da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos representa progressiva avanço na institucionalização da política de promoção dos direitos humanos em nosso Estado.

Desta forma, opina-se pela aprovação da proposição n. 570/2011, de autoria do PODER EXECUTIVO – Mensagem n. 72/2012, pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, para sua continuidade e regular tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2012.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Waldyr Pugliesi
Relator





COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 570/12

SÚMULA: Cria no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDM, conforme especifica e adota outras providências.

AUTOR: Poder Executivo – Mensagem n. 072/2012

TRAMITAÇÃO: O Projeto de Lei já recebeu pareceres favoráveis da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), Comissão de Finanças e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

ANÁLISE E PARECER:

Pretende o Governo do Estado com o envio da mensagem, criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, *“com a finalidade de possibilitar a participação popular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero, visando eliminar as discriminações que atingem a mulher, assim como exercer a orientação normativa e consultiva sobre os direitos das mulheres no Estado do Paraná”*.

A mensagem corrige discrepâncias entre o número de membros do atual Conselho Estadual da Mulher do Paraná (32 membros) para 26 membros (13 titulares e 13 suplentes) com assento no novo Conselho, aproximando a nova composição à realidade dos demais Conselhos Estaduais.



Chamada a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher a se manifestar, conforme Artigo 33-X do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e reconhecendo como indiscutível o mérito da matéria, que aprimora a normatização do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, possibilitando-lhe atuação mais dinâmica; somos de PARECER FAVORÁVEL ao Projeto de Lei n. 570/2012 e à continuidade de sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala de Reuniões, em 27 de novembro de 2012.

DEP. CANTORA MARA LIMA
Presidente

Aníbal Khury
Relator

DEP. ROSE "LITRO"
Relatora



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 576/12

PARANÁ

Súmula: Dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE.

**A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:**

Art. 1º. O Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE, criado pela Lei Estadual nº 10.703, de 10 de janeiro de 1994, reestruturado pela Lei Complementar Estadual nº 132, de 27 de dezembro de 2010, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde - SESA e a ela subordinado, constitui-se em unidade orçamentária e gestora dos recursos financeiros destinados às ações e serviços públicos de saúde, desenvolvidos, direta e indiretamente, pelo Poder Público, dentro do Sistema Único de Saúde – SUS, no Estado do Paraná, passando a reger-se por esta Lei.

Parágrafo único. Equivalem-se, para os fins desta Lei, as expressões: Fundo Estadual da Saúde do Paraná; Fundo Estadual de Saúde; Fundo de Saúde e a sigla FUNSAÚDE.

Art. 2º. Os recursos financeiros destinados à saúde serão administrados pela SESA, por meio do FUNSAÚDE, nos termos do § 3º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em especial o disposto no art. 14, observado o Plano de Saúde do Estado do Paraná, devendo a sua gestão ser acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Estadual de Saúde.

Art. 3º. O FUNSAÚDE tem por finalidade captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde no Estado do Paraná, coordenados e executados pela Secretaria de Estado da Saúde e demais órgãos da administração direta e entidades da administração indireta que executem ações e serviços públicos de saúde.

Art. 4º. A gestão do FUNSAÚDE é de competência do Secretário de Estado da Saúde, na forma da legislação pertinente, podendo autorizar, de forma expressa e individualmente, a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAÚDE, integrantes da base de cálculo definida nos artigos 6º, 9º e 10 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e consideradas para o alcance do percentual mínimo fixado, pelas unidades integrantes da estrutura da rede pública estadual, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – observância das condições gerais existentes em cada nível de operacionalização descentralizada, bem como as demais razões de necessidade, conveniência e oportunidade da SESA;

II – movimentação dos recursos por meio do FUNSAÚDE, nos termos no art. 2º, parágrafo único da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

U



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Cabinete do Governador

III – seja conferida à autoridade máxima da unidade integrante da estrutura pública estadual, compreendida como unidade desta rede aquelas enquadradas na definição do art. 4º, *caput* e § 1º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

Parágrafo único. Cabe ao Secretário de Estado da Saúde promover a consolidação das contas referentes a despesas executadas por todos os órgãos e entidades integrantes da rede pública estadual, elaborar relatório detalhado para fins de prestação de contas e declarar os dados sobre o orçamento público estadual da saúde e sua execução ao Siops, em consonância com os arts. 33, 36 e 39, § 2º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 5º. Fica criado o cargo de Diretor Executivo do FUNSAÚDE com a simbologia DAS-2 na estrutura organizacional da SESA, com competência delegada para:

I – praticar os atos incluídos na alçada administrativa da execução orçamentária, financeira e contábil, mediante a elaboração de diretrizes operacionais para o FUNSAÚDE;

II – auxiliar na administração dos recursos do FUNSAÚDE, orientando diretamente o Secretário de Estado da Saúde;

III – elaborar a programação de desembolso financeiro do FUNSAÚDE, a ser aprovada pelo Secretário de Estado da Saúde;

IV – aprovar atos administrativos e estabelecer procedimentos destinados a adequar a operacionalização do FUNSAÚDE às exigências da legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde – SUS;

V – movimentar as contas do FUNSAÚDE, em conjunto com o Secretário de Estado da Saúde, observada a legislação aplicável ao Sistema Único de Saúde – SUS;

VI – zelar pela regularidade e pela exatidão das transferências de recursos do FUNSAÚDE para os fundos de saúde municipais, integrantes do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná;

VII – auxiliar o Secretário de Estado da Saúde na elaboração dos relatórios sobre a execução orçamentária e financeira do FUNSAÚDE a serem apresentados ao Conselho Estadual de Saúde;

VIII – acompanhar o ingresso dos recursos financeiros, bem como a emissão de empenhos, liquidações de contas e pagamentos das despesas do FUNSAÚDE;

IX – zelar pela aplicação dos recursos com observância das prioridades estabelecidas no Plano Estadual de Saúde – PES, no Plano Plurianual – PPA e nas Leis Anuais de Diretrizes Orçamentárias – LDO;

X – auxiliar o Secretário de Estado da Saúde na prestação e consolidação das contas referentes aos recursos do FUNSAÚDE, nos prazos e forma da legislação em vigor.

Art. 6º. As receitas do FUNSAÚDE são constituídas:

I – por no mínimo 12% (doze por cento) da arrecadação anual dos impostos

11



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria do Planejamento

estaduais a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam o art. 157, inciso I, alínea "a" do inciso I e o inciso II do caput do art. 159, todos da Constituição Federal, a serem aplicados em ações e serviços públicos de saúde, observando-se o disposto nos arts. 9º e 10 da Lei Complementar Federal nº 141, de 10 de janeiro de 2012, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios.

II – pelas transferências regulares e automáticas de recursos do Fundo Nacional de Saúde – FNS, na forma estabelecida pela legislação pertinente, inclusive em situações de emergência e/ou calamidade pública;

III – pelos rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

IV – pelo produto de convênios, acordos nacionais e internacionais e de outros ajustes congêneres;

V – pelo produto de arrecadação de taxas de saúde pública, multas e juros de mora por infrações à legislação sanitária;

VI – pelas parcelas de produto de arrecadação de outras receitas oriundas de prestação de serviços decorrentes de convênios e outros instrumentos congêneres firmados;

VII – por doações financeiras recebidas;

VIII – pelo produto das operações de crédito;

IX – pelo produto de alienação de bens;

X – por saldos do exercício anterior apurados em seu respectivo balanço;

XI – por restituições devidas ao FUNSAÚDE, comprovadas por auditoria, de pagamentos indevidos cobrados pela prestação de serviços de média e alta complexidade;

XII – por ressarcimento de serviços prestados no âmbito do SUS a pacientes de planos privados de saúde;

XIII – por devolução de convênios firmados pela SESA com recursos do FUNSAÚDE; e

XIV – por outras multas aplicáveis.

§ 1º. As liberações dos recursos financeiros previstos no inciso I deste artigo deverão ser realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, conforme cronograma de desembolso financeiro estabelecido pela SESA.

§ 2º. Os recursos referidos no inciso II deste artigo serão depositados em contas específicas do FUNSAÚDE em Banco Oficial, conforme estabelecido por legislação federal.

Art. 7º. O Orçamento do FUNSAÚDE, constituído em unidade orçamentária própria, deve evidenciar as políticas governamentais, observados o Plano Estadual de Saúde, o Plano Plurianual – PPA e a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Art. 8º. A contabilidade do FUNSAÚDE tem por objetivo evidenciar a sua execução

M



orçamentária e financeira, observadas as normas estabelecidas pela Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, devendo estar em conformidade com os sistemas financeiro e orçamentário do Estado.

PARANÁ

Art. 9º. As despesas com ações e serviços públicos de saúde administradas pelo FUNSAÚDE, observadas as disposições do art. 200 da Constituição Federal, do art. 6º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, para efeito da apuração da aplicação dos recursos mínimos aqui estabelecidos, serão as referentes a:

- I – vigilância em saúde, incluindo a epidemiológica e sanitária;
- II – atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais;
- III – capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);
- IV – desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;
- V – produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;
- VI – saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação e esteja de acordo com as diretrizes das demais determinações previstas nesta Lei Complementar;
- VII – saneamento básico dos distritos sanitários especiais indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos;
- VIII – manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;
- IX – investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;
- X – remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;
- XI – ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde; e
- XII – gestão do sistema público de saúde e operação de unidades prestadoras de serviços públicos de saúde.

Parágrafo único. Não constituirão despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas decorrentes de:

- I – pagamentos de aposentadorias e pensões, inclusive dos servidores da saúde;
- II – pessoal ativo da área de saúde quando em atividade alheia à referida área;
- III – assistência à saúde que não atenda ao princípio de acesso universal;

u



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

IV – merenda escolar e outros programas de alimentação, ainda que executados em unidades do SUS, ressalvando-se o disposto no inciso II do *caput* deste artigo;

V - saneamento básico, inclusive quanto às ações financiadas e mantidas com recursos provenientes de taxas, tarifas ou preços públicos instituídos para essa finalidade;

VI – limpeza urbana e remoção de resíduos;

VII – preservação e correção do meio ambiente, realizadas pelos órgãos de meio ambiente dos entes da Federação ou por entidades não governamentais;

VIII – ações de assistência social;

IX – obras de infraestrutura, ainda que realizadas para beneficiar direta ou indiretamente a rede de saúde; e

X – ações e serviços públicos de saúde custeados com recursos distintos dos especificados na base de cálculo definida na Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, ou vinculados a fundos específicos distintos daqueles da saúde.

Art. 10. Eventuais saldos positivos, apurados em balanço patrimonial do FUNSAÚDE, deverão ser transferidos para o exercício financeiro subsequente, quando:

I – tratar-se de saldo de transferência regular e automática do Fundo Nacional de Saúde;

II – tratar-se de saldo de recursos oriundos de receitas de prestação de serviços pela rede própria de serviços de saúde da SESA, que deverá ser mantido na mesma programação orçamentária;

III – tratar-se de saldo de recursos oriundos de transferências voluntárias do governo federal para a SESA.

Art. 11. Para as ações e serviços públicos de saúde previstos e financiados por programas do Ministério da Saúde ou por programas próprios do Estado do Paraná, os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde serão transferidos na forma regular e automática aos Fundos Municipais de Saúde para despesas, de custeio e capital, mediante prévia Resolução do Secretário de Estado da Saúde, observado o disposto nos artigos 19 a 21 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

§ 1º. Para habilitar-se ao recebimento dos recursos na forma indicada no *caput* deste artigo, deverá ser observado o disposto no art. 22 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, no tocante à comprovação da existência, no Município, de Conselho de Saúde, de Fundo de Saúde e de Plano de Saúde, instituídos na forma da Lei, em especial, do contido no artigo 4º da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001.

§ 2º. A criação de programas estaduais de saúde que envolvam a participação dos Municípios deverá ter prévia aprovação junto à Comissão Intergestores Bipartite do

u



Paraná – CIB/PR e ser regulamentado por Resolução do Secretário de Saúde, que deverá indicar os requisitos necessários e critérios para a habilitação dos Municípios interessados.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 dias após a sua publicação.

Art. 13. Fica revogada a Lei Complementar Estadual nº 132, de 27 de dezembro de 2010.

Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 06 de novembro de 2012.

FLÁVIO ARNS
Governador do Estado, em exercício

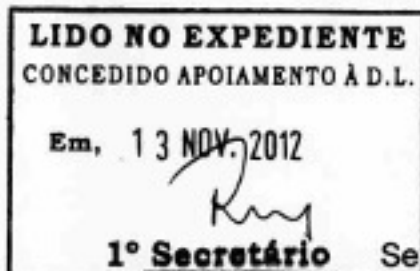
MENSAGEM
Nº 069 /2012

Curitiba, 06 de novembro



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente

II – À DL para providências

Em 08/11/2012

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa Anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE, conforme especifica.

No que se refere a aplicação dos recursos públicos para a área da saúde, faz-se necessária a regulamentação e adaptação do Fundo Estadual de Saúde à realidade normativa trazida pela Emenda Constitucional 29 e pela Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente por constituir-se uma unidade orçamentária e gestora dos recursos financeiros destinados às ações e serviços públicos de saúde, sendo o caso de ser revogada a Lei Complementar Estadual nº 132, de 27 de dezembro de 2010, por não atender à inovação legislativa federal e tão pouco estabelecer critérios seguros quanto a estruturação e funcionalidade do próprio Fundo Estadual de Saúde.

A presente proposta é fruto de trabalhos desenvolvidos com todas as áreas do Governo do Paraná envolvidas com a aplicação de recursos públicos e, para o caso do Fundo Estadual de Saúde, estabelece regras específicas para a gestão, estrutura organizacional, receitas, orçamento, contabilidade e despesas com ações e serviços de saúde, especialmente quanto aos critérios de transferências regulares e automáticas pelo mecanismo “fundo a fundo”, previsto como regra de transferência pela Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado, em exercício

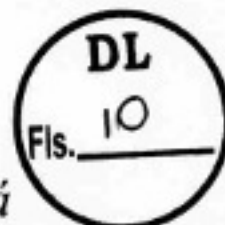
Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Prot. 11.133.548-6.

Anote-se e encam.
Para Providências

DL, 14/11/12
[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 576/12

Projeto de Lei Complementar nº. 576/12
Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 069/11

Súmula: Dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná.

EMENTA: DISPÕE SOBRE O FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 24 E 196 CF. ARTS. 65, 66, 87 E 167 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo tem como objetivo dispor sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei Complementar, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, cumpre salientar que a Constituição Federal no seu artigo 24º, XII destina a competência da União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente na área de saúde, vejamos:

Art. 24º. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde.
(Grifo nosso).

Além disso, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 196 que a saúde é direito de todos e dever do Estado:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Corrobora deste entendimento a Constituição Estadual:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei, (grifos nossos)

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei Complementar.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



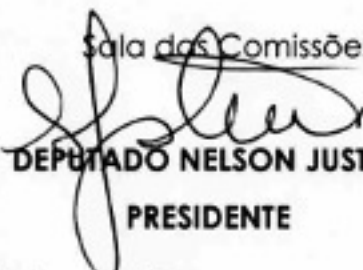
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




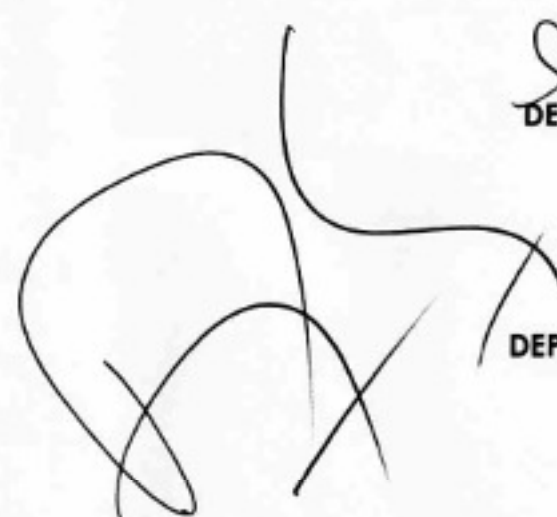





CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei Complementar, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR







APROVADO

Unanime 20.11.12




REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.


Em, 19 NOV. 2012


1º Secretário

Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei Complementar 576/12 de autoria do Poder Executivo.

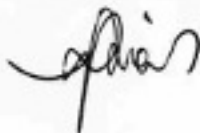
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação do Projeto de Lei Complementar 576/12 oriundo da Mensagem Governamental nº 069/12.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 2012.


Deputado **Ademar Traiano**
Líder do Governo

Anote-se, junto-se a Proposição de referência

DL 20/11/12





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 576/12

O presente Plano de Lei em análise é oriundo da Mensagem Governamental nº 069/12, e dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná – FUNSAÚDE, conforme especifica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável.

Procedida análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, §2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Esta Comissão de Finanças ao estudar a proposta do Senhor Governador, observa a absoluta importância da referida proposição, no que tange a aplicação de recursos públicos para a área de saúde, carece de regulamentação e adaptação do Fundo Estadual de Saúde à realidade contida na Emenda Constitucional nº 29 e também pela Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, especialmente por constituir-se uma unidade orçamentária e gestora dos recursos financeiros destinados às ações e serviços públicos de saúde.

Registre-se ainda, que a Constituição Federal em seu art. 24, inciso XII, trata da competência concorrente da União, Estados e o Distrito Federal, legislarem sobre a área da saúde. Ainda, o mesmo Diploma legal em seu art. 196, dispõe que a saúde é dever do Estado e direito de todos.

Já a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 167, também estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Ainda falando da Constituição do Estado do Paraná, temos que os arts. 66 e 87 tratam da iniciativa do Governador do Paraná em propor matérias dessa natureza.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças, manifesta seu parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 576/12.

É o parecer.

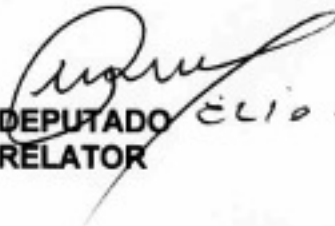


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, em

27/11/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADO ELIO RUSCH
RELATOR






ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 576/2012

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde do Paraná.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta é fruto de trabalhos desenvolvidos com todas as áreas do Governo do Paraná envolvidas com aplicação de recursos públicos e, para o caso do Fundo Estadual de Saúde, estabelece regras específicas para gestão, estrutura organizacional, receitas, orçamento, contabilidade e despesas com ações e serviços da saúde.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 03 de dezembro de 2012.

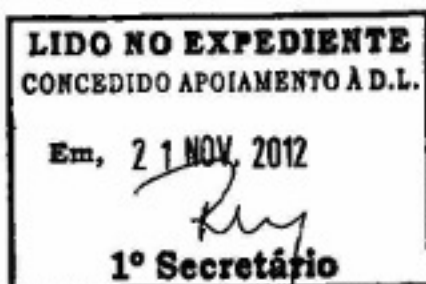


DR. BATISTA
Presidente
Relator





PROJETO DE RESOLUÇÃO 20 /12

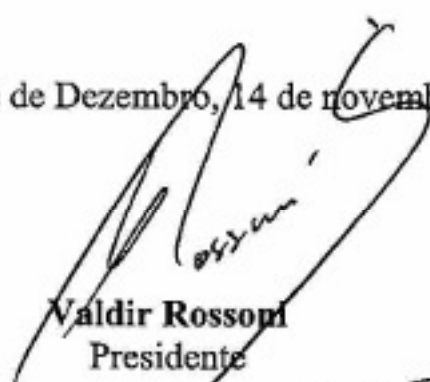


Súmula: Revoga a Resolução nº 09/2010.

Art. 1º Fica revogada a Resolução nº 09 de 11 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, 14 de novembro de 2012.


Valdir Rossom
Presidente


Plauto Miró Guimarães
1º Secretário


Repl Pereira
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

Tem a resolução nº 09, de 11 de maio de 2010, a finalidade de regulamentar os anexos IV e V da Lei nº 16.390/2010, a fim de dar efetividade à lei mencionada.

No entanto, tratando tais anexos de remuneração dos servidores do Legislativo, a matéria somente poderia ter sido regulamentada por meio de edição de Lei sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, e não através de Resolução, como foi feito.

Desta forma, diante da patente inconstitucionalidade da Resolução em comento, pois fere o disposto nos artigos 53 e 54 da Constituição Estadual, tem o presente o fito de revogá-la.

Segue em anexo, parecer Procuradoria desta Casa.



RESOLUÇÃO Nº 009/10

Súmula: Regulamenta os Anexos IV e V da Lei nº 16.390/2010, que se constituem em gratificação aos servidores do Quadro Efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (Regulamentação de Gratificação de Função – ALEP).

Data: 11 de maio de 2010.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e com base no que dispõe o artigo 73 da Constituição Estadual e o artigo 122 do Regimento Interno esta Casa de Leis, promulga a presente Resolução, com o escopo colimar de regulamentar a gratificação mencionada nos Anexos IV e V da Lei Estadual nº 16.390/2010, nos seguintes termos:

Art. 1º A gratificação regulamentada pela presente resolução destina-se à contra prestação pelo exercício meritório de cargo pertencente ao Quadro Efetivo do Poder Legislativo Estadual, denominada Gratificação de Apoio, conforme exposto no Anexo IV da Lei nº 16390/10.

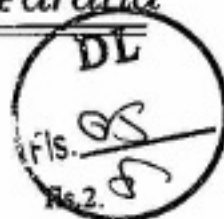
I - O pagamento da gratificação mencionada no caput do presente artigo se destina aos servidores efetivos e estáveis que desempenhem encargos de assessoramento à administração da Assembleia Legislativa do Estado, nos valores constantes do Anexo I, do presente Ato da Comissão Executiva, conforme enquadramento simbólico e referencial, das referidas correspondências, nos termos do Anexo II da Lei nº 16390/10.

ENC. COM O ORIGINAL
IA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Resolução nº 009/10

§ 1º Considera-se Apoio para os fins previstos no presente ato, as atividades desenvolvidas perante órgãos responsáveis pela administração da Casa, Comissões, Diretorias, Lideranças, e outros órgãos responsáveis e vitais à manutenção das atividades do Poder Legislativo Estadual, bem como as de caráter político, eis que função precípua da Casa.

§ 2º O pagamento da referida gratificação depende de atestado de merecimento, fornecido pelo chefe do setor, ou gabinete onde estiver lotado o servidor efetivo, no que tange às atividades por ele desenvolvidas, de acordo com o quanto disciplinado no presente Ato.

Art. 2º Para a concessão da Gratificação de Apoio, os servidores beneficiados deverão atender aos seguintes requisitos, de forma cumulativa:

I - Jornada de Trabalho igual ou superior a 40 (quarenta) horas semanais;

§ 1º Os servidores que possuam jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais, deverão sujeitar-se a jornada igual a 40 (quarenta) horas semanais, no mínimo, para a concessão da presente gratificação;

§ 2º A submissão à jornada de trabalho referida no inciso I, será atestada pelo superior hierárquico do servidor, ou pelo setor competente, conforme regramento imposto pelo setor de pessoal;

II - Avaliação de desempenho satisfatório, atestado pelo superior hierárquico;

§ 1º A avaliação de desempenho será efetuada nos moldes impostos pela Lei nº 6174/70, e deverá compreender ao menos, a verificação acerca da eficiência funcional, onde é compreendida a capacidade técnica, o respeito para com a população atendida, a economicidade de materiais e a responsabilidade e estrito cumprimento com relação a resultados e prazos.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL

Fis. 36

fls. 3.

Resolução nº 009/10

§ 2º O desempenho satisfatório também poderá ser atestado com base na sugestão, por parte do servidor efetivo, que traga mais eficiência, à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 3º A abertura de sindicâncias ou Processos Administrativos Disciplinares contra os servidores beneficiados pela presente gratificação importa em automática suspensão da mesma.

§ 4º A responsabilização de servidores, mediante sindicância ou Processo Administrativo, distinta da advertência, importa na perda da gratificação concedida e regulada pela presente resolução.

III - Assiduidade;

§ 1º Para habilitar-se à concessão da presente gratificação, o servidor efetivo não poderá contar com mais de 1 (uma) falta injustificada por mês;

§ 2º O servidor beneficiado com a presente gratificação que tiver faltas em número superior ao mencionado no parágrafo anterior terá suspensa sua gratificação, no mês da ocorrência das faltas injustificadas.

§ 3º Caso o servidor incorra na conduta descrita no parágrafo anterior por 3 (três) vezes ou mais, durante um mesmo ano, perderá o direito a gratificação atribuída na presente resolução, sendo-lhe facultada a nova concessão apenas após 12 (doze) meses.

Art. 3º Os atos de concessão, previsto neste ato dependerão de prévia autorização da Diretoria Geral.

Parágrafo único. A gratificação será paga em valor fixo, conforme enquadramento do servidor efetivo, e passará a surtir efeitos a partir da data de comunicação à Diretoria Geral, mediante utilização de formulário padrão (Anexo II).



Resolução nº 009/10

fls.4.

Art. 4º A Gratificação de Apoio possui natureza transitória e não compõe a base de cálculo para fins previdenciários.

Parágrafo único. Os valores percebidos em razão do disposto nesta Resolução não são incorporáveis para nenhum efeito, nem poderão servir de cálculo para concessão de quaisquer outras vantagens.

Art. 5º A gratificação referida na presente Resolução será devida ao servidor efetivo alocado na respectiva unidade do Poder, e enquanto estiver no exercício de suas atribuições ou funções, cessando seu pagamento quando do afastamento não remunerado, disponibilidade do cargo ou função e disponibilidade funcional.

Art. 6º A Diretoria de Pessoal e a Diretoria de Administração velarão pela fiel execução do disposto nesta resolução, providenciando, nos casos de descumprimento destas normas, a aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 7º A fim de atender aos princípios impostos à administração pública em geral, o Anexo I da presente resolução passa a contemplar as classes não albergadas pelo Anexo IV da Lei nº 16390/10, com base na equidade e proporcionalidade.

Art. 8º O Anexo V da Lei nº 16390/2010, passa a vigorar como substitutivo do anexo V da Resolução nº 007/2004, a fim de atualizar os valores pecuniários referentes às correspondências simbólicas dos cargos componentes do quadro efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Os servidores estáveis do Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, portadores do Diploma Superior, terão os mesmos direitos dos servidores referidos no § 3º do art. 1º da Resolução nº 009/05.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

DL
Fls. 00

Resolução nº 009/10

fls.5.

Art. 9º Ato competente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná poderá disciplinar outras formas de incentivar a efetividade dos servidores pertencentes ao quadro efetivo e estável da Casa.

Art. 10. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de maio de 2010.


NELSON JUSTUS
Presidente



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

DL
Fls. 09
5

Resolução nº 009/10

fls.6.

ANEXO I

CARGO/SIMBOLOGIA	CORRESPONDÊNCIA
Nível G - Referência 11	G
Nível G - Referência 10	G
Nível G - Referência 09	G
Nível G - Referência 08	G
Nível G - Referência 07	G
Nível G - Referência 06	G
Nível G - Referência 05	G1
Nível G - Referência 04	G1
Nível G - Referência 03	G1
Nível G - Referência 02	G1
Nível G - Referência 01	G1
Nível F - Referência 11	G2
Nível F - Referência 10	G2
Nível F - Referência 09	G2
Nível F - Referência 08	G2
Nível F - Referência 07	G2
Nível F - Referência 06	G2
Nível F - Referência 05	G3
Nível F - Referência 04	G3
Nível F - Referência 03	G3
Nível F - Referência 02	G3
Nível F - Referência 01	G3
Nível E - Referência 11	G4
Nível E - Referência 10	G4
Nível E - Referência 09	G4
Nível E - Referência 08	G4
Nível E - Referência 07	G4
Nível E - Referência 06	G4
Nível E - Referência 05	G5
Nível E - Referência 04	G5
Nível E - Referência 03	G5
Nível E - Referência 02	G5
Nível E - Referência 01	G5

IA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Tris. 10

Resolução nº 009/10

fls. 7.

Nível D - Referência 11	G5
Nível D - Referência 10	G5
Nível D - Referência 09	G5
Nível D - Referência 08	G5
Nível D - Referência 07	G5
Nível D - Referência 06	G5
Nível D - Referência 05	G6
Nível D - Referência 04	G6
Nível D - Referência 03	G6
Nível D - Referência 02	G6
Nível D - Referência 01	G6
Nível C - Referência 11	G6
Nível C - Referência 10	G6
Nível C - Referência 09	G6
Nível C - Referência 08	G6
Nível C - Referência 07	G6
Nível C - Referência 06	G6
Nível C - Referência 05	G7
Nível C - Referência 04	G7
Nível C - Referência 03	G7
Nível C - Referência 02	G7
Nível C - Referência 01	G7
Nível B - Referência 11	G7
Nível B - Referência 10	G7
Nível B - Referência 09	G7
Nível B - Referência 08	G7
Nível B - Referência 07	G7
Nível B - Referência 06	G7
Nível B - Referência 05	G7
Nível B - Referência 04	G7
Nível B - Referência 03	G7
Nível B - Referência 02	G7
Nível B - Referência 01	G7
Nível A - Referência 11	G7
Nível A - Referência 10	G7
Nível A - Referência 09	G7
Nível A - Referência 08	G7
Nível A - Referência 07	G7
Nível A - Referência 06	G7



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

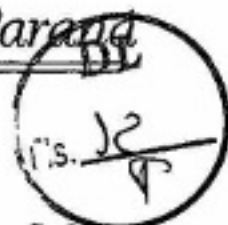
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Fls. 11

Resolução nº 009/10

fls.8.

Nível A - Referência 05	G7
Nível A - Referência 04	G7
Nível A - Referência 03	G7
Nível A - Referência 02	G7
Nível A - Referência 01	G7
Nível AA - Referência 11	G7
Nível AA - Referência 10	G7
Nível AA - Referência 09	G7
Nível AA - Referência 08	G7
Nível AA - Referência 07	G7
Nível AA - Referência 06	G7
Nível AA - Referência 05	G7
Nível AA - Referência 04	G7
Nível AA - Referência 03	G7
Nível AA - Referência 02	G7
Nível AA - Referência 01	G7



Resolução nº 009/10

fls.9.

ANEXO II

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO
DE APOIO

Eu, _____
solicito a esta Direção Geral que seja efetivado, a partir da presente data, o
pagamento de Gratificação de Apoio, nos termos da Resolução nº
_____/2010, ao Servidor Efetivo,

portador do R.G nº _____, titular de cargo de
provimento efetivo de simbologia _____, lotado no gabinete/setor
_____, registrado nos quadros
da Assembleia sob a matrícula nº _____, no valor constante da
correspondência existente no anexo I do referido Ato.

Atesto ainda que o mesmo atende aos requisitos impostos pela referida
Resolução, tendo em vista o desenvolvimento das atividades de sua
responsabilidade.

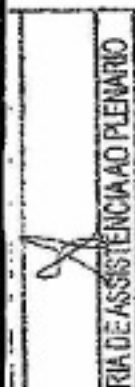
Sendo o que tínhamos, requer-se deferimento.

Curitiba ____ de _____ de _____

Assinatura do Chefe do Setor

Assinatura do Servidor

Matrícula





PROCURADORIA
GERAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



Curitiba, 05 de maio de 2011

Protocolo n.º 8.562/2011

Interessado: Diretoria de Pessoal

Parecer n.º 354/2011 – PG/ALEP



Ementa: Resolução regulamentando omissão legislativa e dispondo acerca de remuneração – impossibilidade – Artigos 53 e 54 da Constituição Estadual – Inconstitucionalidade.

Senhor Procurador-Geral

I – Da Consulta

Visando regulamentar os anexos IV e V da Lei Estadual n.º 16.390/2010/PR, a Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná promulgou a Resolução n.º 009, de 11 de maio de 2010, tendo em vista não terem sido tais anexos abordados pelo texto publicado no Diário Oficial n.º 8152, de 02 de fevereiro de 2010.

Além disto, a Resolução n.º 009/2010, em seu artigo 8.º, parágrafo único, dispõe acerca da remuneração de servidores do Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, consistente em verba de representação de 80%.

Tendo em vista o disposto nos artigos 53 e 54 da Constituição Estadual do Paraná, a Diretoria de Pessoal formula a presente consulta a esta Procuradoria-Geral a fim de que se manifeste acerca da legalidade da presente Resolução.

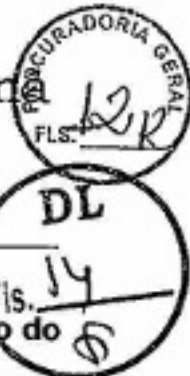
É o que passo a analisar.



PROCURADORIA
GERAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



Paraná

II – Das Atribuições da Assembleia Legislativa do Estado do

54:

Prevê a Constituição Estadual do Paraná, em seus artigos 53 e

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

...

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na Administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IX - servidores públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares estaduais para a inatividade;

...

(grifou-se)

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:

...

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

...

(grifou-se)

Desta forma, o artigo 53, ao estabelecer a necessidade de **sanção do Governador do Estado**, dispõe acerca das hipóteses de necessidade de Lei Estadual, e o artigo 54 trata das hipóteses de disposição por meio de Resolução e Decreto Legislativo.

No entanto, nota-se que o inciso III do artigo 54, que versa sobre a organização, funcionamento, e criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções próprios da Assembleia Legislativa, estabelece uma exceção no que concerne a fixação da remuneração de seus servidores. Em outras palavras, embora compita privativamente à Assembleia, por meio de Resolução ou Decreto Legislativo, dispor acerca de seu funcionamento interno, a fixação de remuneração deverá ser feita por meio de Lei sujeita à sanção do Governador do Estado – embora tenha a Assembleia a competência privativa acerca da **iniciativa** de referida lei.



PROCURADORIA
GERAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



III – Da Redação da Lei n.º 16.390/2010

Em prol destes dispositivos constitucionais, foi proposta, sancionada e promulgada a Lei Estadual n.º 16.390, de 02 de fevereiro de 2010, que adota diretrizes, altera, extingue, cria e transforma cargos do Quadro Próprio do Poder Legislativo do Estado do Paraná, bem como dispõe, em seus anexos I, II e III, acerca da **remuneração dos cargos criados e modificados**.

Tal lei, que possui 33 artigos e 5 anexos, estabelece a atual conjuntura do quadro próprio de funcionários da Assembleia Legislativa. No entanto, seu texto faz menção apenas aos anexos I, II e III, não havendo qualquer referência aos anexos IV e V. Desta forma, por ausência de disposição legal acerca das matérias tratadas nestes anexos, não há como produzirem efeito legal.

IV – Da Resolução n.º 009/2010

Busca a Resolução n.º 009 de 11 de maio de 2011 regulamentar os anexos IV e V da Lei n.º 16.390/2010 a fim de lhes dar efetividade.

Há, no entanto, uma problemática legal a ser resolvida: tratando-se os anexos IV e V de matérias introduzidas por Lei, é possível a sua regulamentação por meio de Resolução, não sujeita a sanção pela chefia do Poder Executivo?

Conforme exposto anteriormente, por força da expressão “*iniciativa de lei*”, entende-se que a matéria referente à remuneração dos servidores da Assembleia Legislativa só poderá ser estabelecida por lei sancionada pelo Governador do Estado. A competência privativa do Poder Legislativo de que trata o *caput* se aplica **tão somente à iniciativa de proposição** nestes casos.

Desta forma, por dizerem respeito os anexos IV e V a gratificação dos servidores do Legislativo – portanto, remuneração – não é possível a sua regulamentação por meio de Resolução da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, sendo a Resolução n.º 009/10 inconstitucional neste quesito.

V – Da Equiparação de Verbas de Representação

Além da aludida regulamentação, estabelece a Resolução n.º 009/2010 em seu artigo 8.º, parágrafo único, a extensão aos servidores estáveis do Quadro Efetivo do Pessoal da Secretaria do Poder Legislativo portadores de Diploma Superior do direito à percepção da verba de representação de 80%, sobre o vencimento básico, dos servidores estáveis portadores de diploma de curso de



PROCURADORIA
GERAL

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Aníbal Khury



Direito e inscritos em órgão de classe e enquadrados no cargo de consultor jurídico

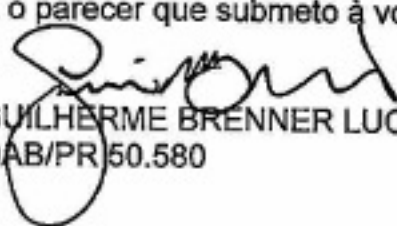
Tal dispositivo, por evidente, também dispõe acerca de remuneração de servidores da Assembleia Legislativa, devendo ser tratado por meio de Lei, e não Resolução, conforme disposto no artigo 54, inciso III da Constituição Estadual.

Desta forma, é também inconstitucional a Resolução n.º 009/2010 no que diz respeito à equiparação de verbas de representação.

VI – Conclusão

Pelo acima analisado, tem-se que a Resolução n.º 009/2010 é **inconstitucional em sua integralidade por ofender o disposto nos artigos 53 e 54 da Constituição Estadual**, não sendo possível a regulamentação de matéria referente à remuneração de servidores por meio de édito legislativo não sujeito à sanção da chefia do Poder Executivo do Estado.

É o parecer que submeto à vossa apreciação.


GUILHERME BRENNER LUCCHESI
OAB/PR 50.580



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/12

Projeto de Resolução nº 020/12
Autor: Comissão Executiva

Súmula: Revoga a Resolução nº 009/2010, (Regulamenta os anexos IV e V da Lei 16.390/2010, que se constituem em gratificação aos servidores do quadro efetivo da Assembleia Legislativa).

EMENTA: REVOGA A RESOLUÇÃO Nº 009/10. INICIATIVA PRIVATIVA DA COMISSÃO EXECUTIVA. POSSIBILIDADE. ARTS. 53 E 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ARTS. 18, 33-A E 121, DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executivo visa revogar a Resolução nº 09/10, que regulamenta os anexos IV e V da Lei 16.390/10, que se constituem em gratificação aos servidores do quadro efetivo da Assembleia Legislativa. Tendo em vista que tais anexos tratam de remuneração dos servidores do Legislativo, a matéria somente poderia ter sido regulamentada por meio de edição de Lei sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, e não através de Resolução, como foi feito.

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, o art. 18 do Regimento Interno desta Casa de Leis afirma que é de competência da Mesa Executiva administrar a Assembleia Legislativa e iniciar o processo legislativo sobre a matéria abordada no presente projeto de lei:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

II - administrar a Assembleia Legislativa;

III - iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

c) criação, transformação e extinção de cargos e funções dos serviços da Assembleia e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Ainda, prevê a Constituição do Estado do Paraná, da necessidade de sanção do Governador do Estado, nas hipóteses do artigo 53:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

VIII - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional e fixação de remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

IX - servidores públicos da administração direta, autárquica e fundacional, seu regime jurídico único, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade; (grifos nossos)

Não obstante, a Constituição Estadual estabelece as competências privativas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 54. Compete, privativamente, à Assembléia Legislativa:

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; (grifos nossos)

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Superada questões ligadas à iniciativa de propositura do presente Projeto, resta, por fim, constatar que o PROJETO DE RESOLUÇÃO é o meio adequado para regular matéria de caráter administrativo, conforme dispõe o art. 121, § 2º, II do REGIMENTO INTERNO:

Art. 121. A Assembléia exerce a sua função Legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 1º...

§ 2º Os projetos de resolução destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre os quais deva a Assembléia pronunciar-se, exclusivamente em casos concretos, tais com (...)

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar Federal nº 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

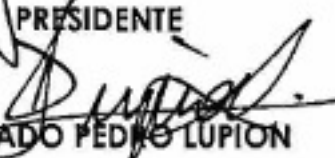




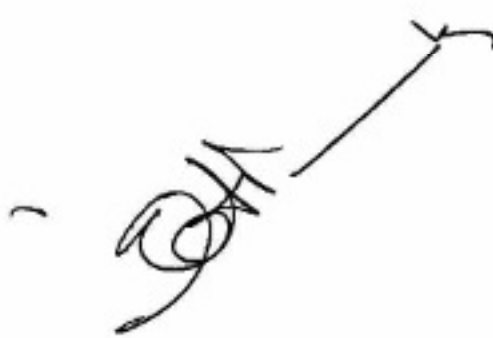
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 27 de novembro 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PEDRO LUPION
RELATOR




APROVADO

unanimemente 27.11.12